



ARTIGOS - ARTICLES

Metamorfoses temáticas, conceituais e emblemáticas: a construção de um método epistemológico histórico morfológico

Maurício de Carvalho Ramos

Departamento de Filosofia
Universidade de São Paulo
maucramos@gmail.com

Como citar este artigo: Ramos, M. de C. “Metamorfoses temáticas, conceituais e emblemáticas: a construção de um método epistemológico histórico morfológico”. *Intelligere, Revista de História Intelectual*, vol. 1, nº1, p. 82-115. 2015. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: Proponho a construção de um método epistemológico histórico sob uma perspectiva morfológica. Isso envolve a elaboração de um processo genético racional de conceitualização no qual problemas, temas e conceitos se organizam como expressões históricas crescentemente mais objetivas e determinadas. Tais expressões devem se articular gerando um contínuo de metamorfoses de um conceito ou núcleo conceitual capaz de conferir inteligibilidade a unidades da cultura científica sem restrições de amplitude espacial, temporal e conceitual. A ligação dos componentes morfológico e histórico que proponho se baseia nos resultados obtidos e no método utilizado por Carlo Ginzburg em *Mitos, emblemas e sinais*, especialmente no ensaio *O alto e o baixo: o tema do conhecimento proibido nos séculos XVI e XVII*. Após apresentar uma caracterização dos componentes mínimos do método epistemológico histórico, passarei a incorporar-lhe elementos da morfologia histórica de Ginzburg por meio de um diálogo em que procuro perceber como o autor procedeu metodicamente e conceitualmente em sua investigação. Por fim, através do estudo preliminar de um emblema alquímico em que Hermes é a figura central, farei um experimento morfológico de aplicação do referido procedimento ao âmbito da cultura científica da química.

Palavras-chave: epistemologia histórica - história morfológica – emblemas - cultura científica da química - Ginzburg.

Thematic, conceptual and iconic metamorphosis: the construction of a morphological history epistemological method

Abstract: In this essay, I propose the construction of an epistemological historical method through a morphological perspective. That involves the elaboration of a genetic rational process of conceptualization in which problems, themes and concepts organize in historical expressions increasingly more objective and determined. Such expressions should be articulated generating a *continuum* of metamorphosis of a concept or conceptual core. This continuum should be capable of conferring intelligibility for scientific culture units without restrictions of spatial, temporal and conceptual amplitude. The connection of morphological and historical components that I propose is based on the results as well as the method used by Carlo Ginzburg in *Myths, emblems and signs*, especially in *High and low: the theme of forbidden knowledge in the sixteenth and seventeenth centuries*. After presenting a characterization of the minimal components of the historical epistemological method, I will start to incorporate elements of Ginzburg's historical morphology through a dialogue in which I'll try to understand how the author proceeds methodically and conceptually in his investigation. Finally, through a preliminary study of an alchemical emblem in which Hermes is the central figure, I will make a morphological experiment of application of this procedure to the scope of the scientific culture of chemistry

Keywords: historical epistemology - morphological history – emblems - scientific culture of chemistry - Ginzburg.

Introdução

Construirei neste ensaio algumas relações entre morfologia, história e epistemologia com o objetivo de avançar na elaboração de um método de investigação que designo como *epistemológico histórico morfológico* (MEHM). Para tanto, estabelecerei primeiramente um conjunto de nove elementos metódicos mínimos que serão aplicados na construção das referidas relações. Obtida uma versão do MEHM, sua aplicação a projetos específicos de pesquisa poderá conduzir a novas revisões e à ampliação de suas funções metódicas básicas. Na obra *Mitos, emblemas e sinais* percebi a poderosa ação da força heurística, construtiva e sintética que a relação entre morfologia e história possui. Operada pelas mãos de Ginzburg, tal força nos oferece o entendimento preciso de componentes de amplíssimo alcance conceitual e temporal agindo em profundidade na história. Considero a ideia de um *paradigma indiciário* a operar continuamente, desde a pré-história até finais do século XIX, o principal desses componentes. Como resultado de investigação histórica, ele reveste-se de um caráter metódico a partir da aproximação conceitual entre “índice” e “forma”.¹ Assim, no meu entender, investigando as diversas expressões históricas desse paradigma, Ginzburg confere-lhe um caráter metódico morfológico que estabelece uma ligação contínua entre os nove ensaios (incluído o *Prefácio*) da obra. Diante da unidade e da fecundidade de tal projeto, minha principal ideia foi importar para meu método a eficácia investigativa da morfologia histórica de Ginzburg, o que fiz acompanhando e compreendendo os passos de sua construção articulada aos resultados que eles vão oferecendo.

Inicialmente pensei em trabalhar com cinco desses ensaios, mas, dado o tamanho que o artigo necessariamente atingiria, decidi trabalhar apenas com *O alto e o baixo: o tema do conhecimento proibido nos séculos XVI e XVII*. Ele é particularmente apropriado para minha proposta porque possui vários elementos metódicos muito próximos daqueles que escolhi para compor a forma mínima inicial do MEHM. Além disso, e não menos importante, está o fato de que, a partir de alguns resultados históricos que Ginzburg oferece – o entendimento das metamorfoses do tema do conhecimento proibido expressas em emblemas dos séculos XVI e XVII – pude estabelecer ligações importantes com dois temas de minha própria pesquisa: uma investigação epistemológica histórica do (i) conceito de *encheiresin naturae* (manipulação da

¹ Uma orientação indiciária da pesquisa encontra-se em vários momentos de C. Ginzburg, *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história* (São Paulo: Companhia das Letras, 1989), não apenas no estudo específico ao tema, *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*, mas, por exemplo, no *Prefácio* (p. 13) e em seus ensaios sobre Gombrich (p. 62-3) e Dumézil. Neste último, Ginzburg persegue pistas que relacionam os temas que circulavam no *Colégio de sociologia*, nascido em Paris em 1937, a uma atitude “extremamente ambígua em relação às ideologias fascista e nazista” (p. 203). Indiciário pode ser dito do padrão de investigação que procura descobrir o âmago singular das coisas a partir de suas manifestações externas. A internalidade que se busca remete à essência, à individualidade, à autenticidade, àquilo que está oculto nos seres e que precisa ser desvendado. Os elementos externos podem ser índices, sinais, sintomas, indícios, pistas, traços, assinaturas, fisionomias etc. O paradigma também está associado a um amplo processo de *identificação da autoria* que é interpretado tecnicamente em diversas práticas, profissões, artes e ciências. São indiciárias as seguintes identificações: do autor do crime pelo detetive, do autor e da autenticidade das pinturas pelo historiador da arte e da causa da doença, em sua expressão individualizada, pelo médico. Esse mesmo padrão de investigação aproximaria episódios históricos muito diferentes e extremamente afastados no tempo: a identificação da presa por suas pegadas na cultura da caça pré-histórica (p. 151-4) e a “caça” de indivíduos inferiores por métodos fisiognômicos, frenológicos e dactiloscópicos do século XIX (p. 171-7). Creio que *o mesmo paradigma* talvez ainda sustente “mito-historicamente” atuais projetos eugênicos e de identificação de pessoas geneticamente “inaptas” por meio de exames laboratoriais, especialmente os que empregam biotecnologias do DNA.

natureza) na química e na morfologia vegetal² e da (ii) expressão do conceito de mônada orgânica na construção conceitual de unidades biológicas elementares (células, centros nutritivos, “animais elementares” etc.) na morfologia e na anatomia do século XIX³.

Organizei meu texto em quatro partes: (1) a exposição dos nove componentes mínimos do MEHM, (2) um exame dos resultados gerais da investigação de Ginzburg sobre as metamorfoses do tema do conhecimento proibido incorporando gradativamente seus elementos metódicos e parte de seus resultados ao MEHM, (3) a extensão de alguns desses resultados para a história epistemológica da química e da alquimia e (4) um breve encerramento avaliando os resultados obtidos.

Antes de passar à primeira parte, é essencial afirmar que, já recorrendo a algumas orientações do MEHM, não pretendo elaborar um argumento analiticamente e hierarquicamente organizado, mas um ensaio *experimental* que procura imbricar a construção metódica com a obtenção de resultados, mesmo que eles sejam basicamente a proposição de algumas conjecturas e hipóteses. Uma retroalimentação alternada desses dois componentes, usualmente separados pela exigência de *primeiro* fundamentar e justificar o método para, *depois*, aplicá-lo, produz uma gênese contínua do método cuja precisão e determinação resulta de sua aplicação constante na obtenção de resultados parciais que, na medida em que vão aparecendo, corrigem, ampliam e refinam o método. Assim, o que designo como elementos mínimos metódicos iniciais não representa um momento de elaboração *a priori* que se separa do contato com a história, não havendo igualmente uma fase de aplicação na qual o método opera de maneira invariável. Ambos se autocorrigem permanentemente, de modo que, com diferentes intensidades, a experimentação ensaística que proponho na parte 3 contém, desde suas primeiras linhas, tanto resultados da elaboração do método como da aplicação do mesmo a conteúdos históricos concretos.

A partir do que acabo de dizer, também esclareço que não proponho neste ensaio qualquer construção teórica que seja ou que pareça ser uma *interpretação* ou um *comentário* de Ginzburg, de sua obra, de seu método, de sua filiação a escolas ou a metodologias historiográficas. O que ofereço não é um estudo *crítico*, mas uma investigação positiva *a partir de* Ginzburg, a quem convido, sem preocupar-me com fundamentos, alcances e limitações metodológicas, para um diálogo cuja fecundidade heurística está, em boa medida, baseada em certa “simpatia” gerada pela percepção de pistas que aproximaram nossas formas de trabalhar.

As condições iniciais do MEHM

Entendo por condições iniciais do método o conjunto de elementos ou componentes que é selecionado e caracterizado a partir de um dado momento do desenvolvimento de um projeto mais amplo de pesquisa no qual esse mesmo método já vinha sendo aplicado. Esse projeto chama-se *Epistemologia histórica do conceito de forma e de morfologia*, cuja primeira realização é a proposição do conceito de *mônada orgânica* a partir de uma investigação da filosofia natural de

² M. de C. Ramos, “Encheiresis naturae: Goethe, Spielmann, Henckel e a dimensão química tecnológica da natureza”. Comunicação apresentada no VII Simpósio de Filosofia “Filosofia e Ciência” da Universidade Estadual de Maringá (18 a 21 de agosto de 2012), 2012b.

³ M. de C. Ramos, “Morfologia genética em Schleiden e Grant: a célula vegetal e o animal elementar”, *Aurora* (2012a); “Goodsir e Bütschli: centros celulares nutritivos e espumas microscópicas como formas de vida elementar”. Comunicação apresentada no V Seminário de História e Filosofia da Ciência. Universidade Federal do ABC (26 a 29 de novembro de 2012), 2012c.

Leibniz.⁴ Nesse estudo, também apresentei um conjunto de elementos metódicos iniciais que são, em parte, aqui retomados em uma nova elaboração que ainda receberá, a partir do presente trabalho com o texto de Ginzburg, novos aperfeiçoamentos. Algo semelhante acontece relativamente a um artigo que preparei, cujo tema central é a expressão histórica, na segunda metade do século XVIII, do conceito de mônada orgânica na teoria da geração dos corpos organizados de Maupertuis.⁵ São essas relações internas do desenvolvimento de um projeto amplo e unificado de pesquisa que sustentam a presença constante do componente histórico na elaboração do MEHM. Tal componente permite, a cada realização parcial do projeto, a construção de novas condições metódicas iniciais que nunca se fixam como componentes primários absolutos e imutáveis. Isso nos remete ao primeiro componente inicial do MEHM a ser desenvolvido, aquele que estabelece a *interação entre epistemologia e história*.

Todas as propriedades metódicas da epistemologia histórica morfológica devem, desde o início,⁶ estabelecer e preservar integralmente uma (1) *relação dialética entre epistemologia e história*. Isso significa que não deverá existir qualquer instância na qual o método assuma um caráter epistemológico ou histórico “puro” ou *a priori*, e nem que se estabeleça uma relação que dê maior proeminência, por mais tênue que seja, à história ou à epistemologia. É de se esperar que, na realização concreta de um projeto, acabe se estabelecendo algum desequilíbrio entre essas duas dimensões, mas ele deve ser considerado como provisório e passível de eliminação ao longo da investigação. No MEHM, a precisão não é obtida separando, definindo e tornando claro o que é epistemológico e o que é histórico para, depois, estabelecer a articulação de ambos. A precisão decorre do aprofundamento da indistinção desses dois componentes situando a abordagem interdisciplinar na origem de todas as elaborações e aplicações do método, de modo a mitigar ou anular a disciplinaridade. Assim, a *interdisciplinaridade* é outro componente mínimo do MEHM.

Caracterizo o MEHM como (2) *radicalmente interdisciplinar*, pois ele confere à pesquisa a possibilidade de construções conceituais que, em princípio, dispense (ou deixe em suspenso até o momento apropriado de retomá-las no desenrolar da pesquisa) a inteligibilidade conferida por unidades teóricas fixadas consensualmente no interior de disciplinas historicamente consagradas e atualmente em plena atividade. O conjunto dessas unidades pode ser designado como uma tradição intelectual. São exemplos de tais unidades as visões de mundo, as ideias, os sistemas, as teorias, os conceitos, as disciplinas, as escolas, as periodizações, as obras, as comunidades de pesquisadores e os autores isolados. Tais categorias ou quaisquer outras unidades de intelecção disciplinar que tomemos como material inicial “bruto” de investigação podem ser metamorfoseadas tanto quanto necessário para a construção e a solução dos problemas específicos que foram, pela aplicação do MEHM, autonomamente determinados no interior de um projeto de pesquisa. Mas esse caráter radical não significa desenvolver uma investigação “a partir do zero”, sendo que o método que proponho incorpora a orientação geral de que todo novo conhecimento começa a partir de conhecimentos pré-existentes. A diferença está na forma metódica de selecionar e articular esse conhecimento já dado, o que significa fundamentalmente duas coisas. O método indica qual é a fonte adequada desse

⁴ No atual estágio de desenvolvimento de meu projeto, trabalho em uma série de pesquisas paralelas que estão em diferentes fases de elaboração. Para dar ao leitor pelo menos uma ideia da unidade do projeto, faço referência a trabalhos ainda não publicados (aceitos e enviados para publicação) e a comunicações orais cujas sínteses estão publicadas em cadernos de resumos dos eventos em que foram apresentadas – cf. M. de C. Ramos, “O conceito de mônada orgânica”, *Metatheoria*, 2012d.

⁵ M. de C. Ramos, “The organic monadology in Maupertuis”, *Isis* (2012e). Os demais estudos ainda em andamento, citados na *Introdução* (M. de C. Ramos, 2012a, 2012b e 2012c), também contribuem da mesma maneira para a determinação dos componentes iniciais que passarei a expor.

⁶ Dizer que uma orientação metódica específica deve valer desde “o início” não deve conduzir a elaboração de uma estrutura linear e hierárquica de princípios metódicos. No momento, posso caracterizar apenas superficialmente esse tipo de início como o primeiro momento de uma gênese conceitual cujo caráter cíclico permite que a ele retorne novamente em novos momentos de elaboração do método.

conhecimento e quais são as categorias ou unidades de inteligência mais adequadas que nele encontramos como ponto de partida da pesquisa. Dois novos componentes preliminares do método são responsáveis por tais tarefas.

A fonte ou ponto de partida de toda pesquisa orientada pela “perspectiva”⁷ epistemológica histórica morfológica deve ser um (3) *amplo e contínuo processo investigativo* no qual uma *ação investigativa* se desenrola em três níveis: a *biografia*, a *trajetória de pesquisa* e o *projeto de pesquisa*. Tal ação está muito precisamente localizada no *indivíduo* e na *pessoa* que investiga, sendo uma das funções principais do MEHM permitir que ela se organize racionalmente e objetivamente no interior de um projeto pessoal de pesquisa. Assim que tomamos a decisão de partir concentradamente para uma atividade investigativa e, movido por esse desejo, começamos a desenvolver um projeto de pesquisa, o método propõe que isso ocorra através da construção de um processo que comece por buscar na interioridade de nossa história biográfica os desejos e as motivações investigativas originais que se dão concretamente nessa história. Tais desejos potencialmente racionalizáveis estarão confusamente diluídos no fluxo contínuo de nossa biografia na forma de componentes caracterizáveis como psicológicos, antropológicos, biológicos, linguísticos, mitológicos etc. Concebo o conjunto de tais componentes como sendo primordialmente de caráter *simbólico* e o processo nos quais eles nascem e se transformam como sendo *biocultural*. Entretanto, não será necessário desenvolver aqui tal assunto.⁸ Em termos metódicos, o mais importante é caracterizar o trabalho no âmbito da biografia como sendo um processo que começa introspectivo, reflexivo e “mnemônico” e vai continuamente se transformando em elaborações racionais mais organizadas. Trata-se de um esforço ativo do indivíduo no sentido de conferir às intuições e às impressões que começaram a se individualizar no trabalho reflexivo um caráter progressivamente *conceitual*. Já me valendo de uma imagem morfológica, trata-se de “extrair”, sem ruptura, do fluxo simbólico da história biográfica um novo nível igualmente contínuo e processual de racionalização que concebo e designo como uma *trajetória de pesquisa*. A construção dessa trajetória ocorre através de concatenações racionais que articulam em uma nova unidade de significação e de *objetivação* daquelas unidades que foram introspectivamente individualizadas no interior do fluxo biográfico. Isso significa aceitar a ideia de que toda biografia individual traz acoplada em si uma trajetória de pesquisa potencial que o esforço racional do pesquisador consegue atualizar. Se for gerada eficazmente, a trajetória de pesquisa coloca conscientemente à disposição do

⁷ Doravante mantereí essa aplicação do termo “perspectiva” (também poderia ser “abordagem”) para reunir aquilo que diz respeito à construção do método epistemológico histórico, à sua aplicação e aos resultados daí obtidos. Deixarei o termo entre aspas para que não se confunda “perspectiva” com *escola* epistemológica histórica. A escola (ou termo equivalente) não é um objeto próprio de investigação e, por isso, está inteiramente fora dos objetivos de meu projeto defini-la ou caracterizá-la. Venho estudando como elaborar um conceito mais preciso que substitua “perspectiva” e que esteja de acordo com o MEHM. O principal candidato é “estilo”, mas também é possível pensar em “paisagem”.

⁸ Refiro-me aqui a uma investigação acerca do caráter biocultural do próprio processo investigativo que o MEHM orienta. Na parte 2, abordo o conceito de biocultural sob outro ponto de vista. Trato-o como uma das racionalidades que operam na construção morfológica histórica de Ginzburg e, em dois rodapés (notas 29 e 33), avanço outras considerações. Contudo, estou elaborando um estudo preliminar do conceito de processo biocultural no primeiro sentido, cujas teses principais são: (1) mostrar que é possível inserir o caráter da individualidade do desejo de conhecer em um contexto universal que neutralize seu potencial personalismo e relativismo; (2) pretendo erigir tal universalização em bases *bioculturais dialéticas*, ou seja, em uma verdadeira síntese natural e cultural que não permita qualquer forma de reducionismo tanto pelas ciências biológicas quanto pelas ciências humanas ou da cultura; (3) a partir de tal perspectiva, proponho a noção de *valores vitais* como parte de uma trajetória de pesquisa, estando a *criatividade* e a *expressividade* entre os principais deles; (4) pretendo associar esse tipo de valor à noção de florescimento humano, no sentido que Lacey dá a essa noção - cf. H. Lacey, *Is science value free? Values and scientific understanding* (London/New York: Routledge, 2005), 104-7 -, juntamente com suas ideias acerca da natureza, da formação e da transformação dos valores - cf. H. Lacey, *Valores e atividade científica. v. 1.* (São Paulo: Associação Filosófica Scientiae Studia/Editora 34, 2008), cap. 2.

investigador uma totalidade que recebeu de seu esforço de objetivação um significado racional dotado de certa universalidade conceitual. Mas tal totalidade também está intimamente e continuamente conectada a um *significado pessoal* que teve origem em certa racionalidade de caráter individual, aquela em ação no trabalho reflexivo que detectou na biografia os primeiros “embriões” de unidades que chamei de “desejos racionalizáveis”. Expressando-a algo poeticamente, essa trajetória revela o sentido que a pesquisa possui na vida do pesquisador. O próximo passo metódico a ser dado no amplo e contínuo processo investigativo (processo em que toda a pesquisa na “perspectiva” epistemológica histórica que proponho deve se desenrolar) pode ser descrito a partir de uma dupla analogia. Da mesma maneira que a elaboração racional que se segue à reflexão inicial extraiu do fluxo da biografia uma trajetória mais organizada de pesquisa, o aprofundamento dessa elaboração extrairá, ou melhor, desacoplará da trajetória um os mais *projetos de pesquisa*.⁹ Esse passo deve representar metodicamente o acréscimo de objetivação e de racionalização capaz de realizar, na forma de um projeto preciso e bem delimitado, o desejo do pesquisador ao tomar a decisão de concentrar-se em uma atividade investigativa.

Caracterizada a fonte adequada de conteúdos preliminares para a pesquisa, passemos à caracterização do componente do método que estabelece, a partir do processo acima descrito, qual é o *objetivo* e quais são os *objetos* adequados dentro das condições estabelecidas pelo MEHM. Uma vez que o ponto de partida de toda pesquisa é aquele processo contínuo em que se desenrolará uma ação investigativa gerada pelo desejo de conhecer presente na biografia, o (4) *objetivo de toda pesquisa é fundamentalmente a satisfação desse desejo*. Entretanto, tais desejos estão imersos no fluxo biográfico e, para conferir-lhe determinação e objetividade, o método propõe que eles sejam concebidos e organizados na forma de *problemas intelectuais*. Isso delimita metodicamente a satisfação do desejo de conhecer à *solução* dessa forma específica de problema, ou seja, a que envolve, em algum nível e sob uma grande pluralidade de aspectos e racionalidades, a *obtenção de entendimento*. O trabalho introspectivo e reflexivo de individualização dos desejos potencialmente racionalizáveis da biografia deve dirigir-se para a caracterização tão clara e precisa quanto possível desses problemas. Assim, essa primeira delimitação metódica do objetivo determina o (5) *problema* como primeiro objeto adequado de pesquisa e o *locus* de sua gênese é a biografia. Todo esforço racional que, atraído pela necessidade de obter a solução, se segue à construção dos problemas determina mais dois objetos, o *tema* e o *conceito*, completando o conjunto de objetos adequados da pesquisa que é orientada pelo MEHM. Tal determinação é feita seguindo o mesmo processo: da biografia emergem os problemas e, destes, os temas, que passarão a ser o paradigma metódico das unidades de intelecção que engendram uma trajetória de pesquisa contínua e unificada. O trabalho de construção genética racional, para além da simples reflexão, consistirá em explorar os problemas procurando por unidades mais objetivas e significativas que apontam caminhos possíveis para sua solução. Raciocinando concentradamente sobre o significado de um problema, tanto em função de sua origem biográfica quanto em relação à sua futura solução, podemos criar uma grande trama de temas, mais ou menos conectados entre si, da qual participa grande diversidade de unidades teóricas, sobretudo aquelas que acima eu listei como parte do conhecimento “dado” nas disciplinas consagradas existentes. Ampliando um pouco a lista, sem a pretensão de esgotar ou classificar seus componentes, teríamos: teorias, conceitos, noções, sistemas teóricos, ideias, disciplinas, autores, períodos, histórias, panoramas, metafísicas, teses, modelos, princípios, métodos, metodologias, fundamentos, “panos de fundo” (filosófico, histórico, científico etc.), interpretações, epistemologias e escolas. Neste momento da pesquisa, o trabalho consiste em

⁹ O projeto de pesquisa é uma construção racional complexa que envolve o enredamento de problemas, temas, conceitos, objetos e objetivos. Ele é um “mapa simbólico” que orienta ações mentais que se desenrolam no tempo com a finalidade de obter resultados intelectuais. Evidentemente não deve ser entendido como o simples e conhecido documento solicitado nas instituições de pesquisa e de ensino. Tal documento é importante para informar as linhas gerais do projeto racional, porém, não é raro que, para atender a exigências institucionais e necessidades pessoais (ambas, em geral, motivadas pela economia de tempo), o documento acabe sendo redigido antes da própria existência do projeto.

conferir unidade e objetividade aos temas, o que é feito fundamentalmente submetendo todo o conteúdo da tradição intelectual que está acoplado à nossa biografia e à nossa trajetória de pesquisa à objetivação e significação dos temas de pesquisa. Daqui aparece, então, (6) *o tema como o segundo tipo de objeto adequado à pesquisa* conforme o MEHM. A conclusão desse processo consiste apenas em continuar na mesma direção e extrair os conceitos dessa trama de temas e dos temas individuais. Em sua forma mais organizada, um tema de pesquisa possui um ou mais conceitos primários que funcionam como “sementes” para a construção de uma rede conceitual cujo objetivo é conduzir à solução do problema inicial. Mostrarei de modo mais concreto como essa rede é construída a partir do diálogo com Ginzburg sobre o tema do conhecimento proibido. (7) *O conceito é, então, o terceiro e último objeto adequado de investigação.* É assim que nasce, então, o projeto de pesquisa, cujo desenvolvimento conduz, por um lado, à obtenção dos resultados da pesquisa que serão tornados públicos nas formas usuais de comunicação e, por outro, à satisfação intelectual que confere sentido àquela ação investigativa original que foi o motor de todo o processo. Individualmente, essa satisfação advém da maior e melhor compreensão e entendimento que temos dos fenômenos e das ideias (e, talvez, das coisas), o que conduz ao enriquecimento simbólico de nossa biografia. Como contribuição universal, a solução do problema pretende enriquecer simbolicamente a cultura intelectual em geral.

Os problemas, temas e conceitos que a tradição nos lega são apenas pontos de partida para a construção de nossos problemas, temas e conceitos que se objetivarão em nosso projeto individual de pesquisa. Isso nos coloca desde o início da pesquisa, na (8) *situação de autores*, uma condição cognitiva e afetiva a partir da qual recorreremos e nos reportamos à tradição intelectual. Isso é metodicamente fundamental, já que conduz a uma seleção prévia das unidades de intelecção que recebemos como o “estado da arte” atual do conhecimento nas várias disciplinas e escolas. Tal seleção se dá sob duas formas principais: dentre as unidades de intelecção já disponíveis, ela toma, primariamente, apenas aquelas que possuem afinidade com os três objetos metodicamente pré-determinados como adequados para a pesquisa. Secundariamente, a seleção tomará todas as outras unidades somente na medida em que puderem passar pelo processo de transformação racional que as torne adequadas à objetivação dos problemas, dos temas e dos conceitos que construímos em nossa ação como investigadores. Estes dois momentos de seleção e transformação do conhecimento que tomamos da tradição estão igualmente orientados para a obtenção dos resultados que conterão a solução dos problemas. Isso significa que, por exemplo, diante da necessidade de situar a construção inicial de um projeto de pesquisa em uma dada área do conhecimento existente, ela primeiramente se ocupará apenas dos problemas, temas e conceitos que tal área nos oferece. As demais unidades ou categorias, independentemente do quão solidamente estejam estabelecidas pelo consenso da comunidade que representa a área, poderão ser profundamente alteradas em sua unidade para se ajustarem à construção de problemas, temas e conceitos conforme as diretrizes do MEHM. Como já afirmei, não há limite para as áreas, disciplinas, escolas, etc. às quais a pesquisa poderá recorrer para construir seus objetos, o que conduz, na prática da elaboração do projeto, à dissolução de suas fronteiras para que se comuniquem e estabeleçam todas as conexões necessárias à construção dos objetos através do processo genético de conceitualização racional que o método preconiza. Na medida em que o projeto vai, desde o trabalho com a biografia, criando suas próprias unidades de intelecção, vai igualmente criando afinidades com a “perspectiva” que é mais consistente com o método, a saber, a epistemologia histórica. Assim, dentre as áreas e unidades do conhecimento, será na epistemologia histórica que os projetos de início se situarão pragmaticamente. Isso porque é nessa “perspectiva” que, por exemplo, os problemas, os temas e os conceitos aparecem em maior proeminência comparativamente a outras unidades de intelecção (as teorias, por exemplo, mais visadas pelas epistemologias de tradição analítica). Porém, na forma de uma escola já estruturada, a epistemologia histórica não difere, diante da profundidade com que a interdisciplinaridade é praticada pelo método, de quaisquer outras escolas ou disciplinas e,

assim, também deve passar pelo mesmo processo de transformação para ajustar-se às determinações do MEHM. Isso feito, todos os projetos de pesquisa que o método organiza podem ser corretamente designados como projetos de epistemologia histórica, desde que isso implique um comprometimento metódico, e não disciplinar. Daí, esse método, mesmo que mais afinado com a “perspectiva” epistemológica histórica, não deve e não pode ser utilizado na criação de uma nova escola, por exemplo, de uma variante “morfológica” da escola francesa de epistemologia histórica. Em síntese, para cumprir suas funções, o método deve manter-se invariável em seu gênero, sem transformar-se em uma *metodologia*; o mesmo pode ser dito para possíveis metodologias aliadas a escolas de história morfológica ou intelectual.

O último dos nove componentes metódicos iniciais a ser delimitado decorre do que acabei de dizer, especialmente no que se refere à necessidade de assumir a condição de autor para a aplicação do MEHM. O estudo de Ginzburg que exporei logo a seguir foi conduzido na forma de um *diálogo* entre dois autores que compartilham interesses investigativos e orientações metódicas comuns, o que permite a formação de interações criativas e produtivas entre suas trajetórias ou projetos de pesquisa. Tomado como orientação metódica geral, tal expediente estabelece um (9) *colóquio entre autores* como componente central do MEHM. Ele determina que o pesquisador e todos os nomes a que ele recorrem no desenvolvimento de seu projeto sejam equiparados à condição de autores, no sentido de que todos serão metodicamente concebidos como pessoas que possuem trajetórias de pesquisa nas quais desenvolvem ou desenvolveram projetos de pesquisa com o objetivo de resolver problemas intelectuais. Para o MEHM, o pesquisador estuda autores colocando-se na condição de participante de um colóquio “virtual” no qual conversa diretamente com outros pesquisadores. A obra é o acesso à fala do autor e, havendo mais de um autor, também podemos ouvir o que eles conversam entre si. Nessas conversas, perguntamos aos demais colegas de colóquio quais são os problemas que eles estão tentando resolver, como estão conduzindo sua pesquisa e que resultados já obtiveram, tudo isso com o preciso objetivo de obter elementos para o desenvolvimento de nosso próprio projeto. No colóquio, também apresentamos nossos projetos e resultados para que os demais autores opinem sobre eles, o que representa concretamente para nossa pesquisa identificar, explorar e aplicar as soluções que a história contém para problemas intelectuais semelhantes aos nossos. Tal colóquio é uma forma bem concreta de “colocar os autores para conversar”, pois, longe de ser apenas uma ficção, trata-se da construção de uma condição em que nosso ato investigativo é colocado sob uma disposição simbólica que efetivamente organize nosso raciocínio e nossas construções conceituais. Apesar de simples, adotar esse componente metódico implica abrir mão de alguns cânones da pesquisa compartilhados por muitas áreas do conhecimento e cuja adoção é apresentada como condição mínima para o reconhecimento da validade de um projeto de pesquisa. Primeiramente, fica claro que esse componente do método exige que o pesquisador, ao invés de tomar a distância crítica que se postula como indispensável para a objetividade da pesquisa, aproxime-se bem de perto dos autores e de suas obras. Disso decorre que a diferença entre autor e *comentador* ou *intérprete* não é relevante para a pesquisa que adota o MEHM, seja na relação entre o pesquisador e os autores que ele estuda, seja entre os autores que são estudados.¹⁰ Todos que são chamados a contribuir para a solução de problemas intelectuais são igualmente autores e a autoridade e a centralidade que a história lhes confere é secundária em relação a tal contribuição; tal posição acaba por relativizar ou eliminar a diferença entre o autor canônico e os autores secundários, terciários, etc. Acredito

¹⁰ A interpretação de autores e de suas obras certamente pode ser concebida como um problema intelectual. Contudo, para que a dinâmica interna da elaboração conceitual do MEHM opere eficazmente, deve-se atender a exigência de tomar como objetos autênticos de pesquisa apenas os problemas, os temas e os conceitos, e não os próprios autores ou a “internalidade” de suas obras. A história intelectual oferece diálogos e colóquios em profusão, constituídos segundo diversas racionalidades e moldados por diversos fatores culturais. Compreender tais diálogos, sua gênese, dinâmica e valor epistemológico *não é* um objetivo estabelecido pelo MEHM, apesar de que seria interessante descobrir interações e sobreposições entre o diálogo que construímos e diálogos historicamente existentes. O mesmo se aplica às comunidades de pesquisadores que praticam tais diálogos.

que, ao nos situarmos racional e simbolicamente nessa condição investigativa, podemos obter dos autores o que eles têm de melhor. Em segundo lugar, apesar de importantes para a pesquisa, a diferença entre os contextos históricos, culturais e intelectuais em que se situam os vários autores do colóquio, bem como a distância cronológica entre eles, não são fatores limitantes para o estabelecimento do referido diálogo. No colóquio, a cultura intelectual com suas diversas formas de racionalidade apresenta-se em bloco ao pesquisador e é dela que o autor metodicamente constrói a comunidade primária de pesquisadores com a qual interagirá. Isso certamente não impede que se estabeleçam interações regulares com as atuais comunidades já organizadas intelectualmente, institucionalmente e profissionalmente, mas elas serão uma decorrência dessa interação primária com a comunidade constituída especificamente para a solução de problemas específicos de investigação.¹¹

Com o que propus e discuti até aqui, posso encerrar a construção do conjunto contendo os nove componentes iniciais do MEHM. O próximo passo em sua determinação, que se concentrará na caracterização de sua dimensão morfológica, será dado já em conformidade com um desses componentes iniciais: o aperfeiçoamento do método através de sua aplicação. Há certamente muitos outros elementos metódicos iniciais importantes que não foram considerados, mas, como espero ter deixado claro, a construção de um método através de uma exploração ideal que determine previamente o máximo possível de seus elementos e de suas relações epistemológicas e lógicas “puras”, submetendo-o a uma crítica que o torne tão fundamentado, preciso e completo quanto possível *antes* de sua aplicação, produz algo que é o oposto do que ofereço.¹²

¹¹ As relações mais estáveis com autores e coletivo de autores que venham a se estabelecer ao longo do desenvolvimento de um projeto de pesquisa são reguladas pelas orientações do MEHM. É o caso, já introduzido na nota anterior, de restringir-se, no seio dessas relações, aos objetos e objetivos adequados de pesquisa. Assim, por exemplo, meu projeto particular de pesquisa depende da consolidação de um diálogo essencial (já bem adiantado) com Cassirer. Desse modo, tal como fiz com Ginzburg, dirijo-me a Cassirer como um autor que possui seus próprios problemas, trajetórias e projetos de pesquisa para encontrar novos problemas e temas de pesquisa que, além de enriquecer minha trajetória, contribuirão para a solução dos problemas que, na condição de autor, como Cassirer, delimito em meu próprio projeto. Mas, para que isso se realize concretamente, é necessário que, dentre os objetos e objetivos presentes na obra de Cassirer, eu selecione apenas aqueles que são preconizados pelo MEHM, ou seja, os problemas e suas soluções, os temas e os conceitos. Quanto mais o autor estiver envolvido e interessado nesses objetos, mais íntimo e duradouro poderá ser o colóquio que com ele estabelecerei. Até agora, esse é o caso em relação a Cassirer, o que pode ser ilustrado com um exemplo. Sua obra monumental *O problema do conhecimento na filosofia e na ciência moderna* é inteiramente fiel ao título. O autor projeta nos vários períodos, escolas, sistemas e autores o conhecimento como um *problema* e vai construindo uma história das soluções por eles oferecidas. A natureza desse problema é em boa medida estabelecida por um método que determina a racionalidade de fundo que lhe confere contorno e inteligibilidade, ligada a muitos dos componentes de sua filosofia das formas simbólicas (o principal desses componentes é a tensão entre substância e função). Nessas condições, a pesquisa do problema do conhecimento amadurece na direção de estabelecer um *conceito geral de conhecimento* que vai se tornando logicamente e matematicamente mais rigoroso e preciso na medida em que vai se expressando nas racionalidades próprias a cada forma simbólica. Tudo isso está bastante afinado com o MEHM e, por essa razão, posso assumir muitas das posições, perspectivas, resultados etc. presentes na obra de Cassirer. Mas isso não me torna, em nenhum sentido, um *cassiriano*, *neo-kantiano*, ou *filósofo continental* e, menos ainda, um comentarista ou intérprete de Cassirer e das escolas da história da filosofia contemporânea a ele afiliadas. Se o exemplo que acabo de oferecer não reflete o que Cassirer “realmente fez, pensou ou falou”, teremos um problema de interpretação com o qual o pesquisador sob a “perspectiva” epistemológica histórica poderá ou não se envolver.

¹² Estão entre os tópicos importantes não discutidos neste ensaio: (1) A construção de um projeto pessoal de pesquisa determina sua originalidade. (2) A história biográfica estabelece uma conexão contínua com a história geral em que o indivíduo está inserido, de modo que “não há nada no interior da biografia que não tenha antes passado pela história geral”. Esse elemento determina que (a) o caráter pessoal da pesquisa seja sempre imanente, (b) afasta-o de qualquer associação ao inatismo, ao subjetivismo ou ao personalismo e, (c) atende ao requisito metódico de que todas as construções epistemológicas e históricas estejam dialeticamente ligadas de modo contínuo. (3) Disso decorre também um detalhe sobre o uso do termo “epistemologia histórica”: a referida ligação dialética torna indiferente designar o método como “epistemológico histórico” ou “histórico epistemológico”. Isso porque, mesmo que cada uma dessas

As metamorfoses do conhecimento proibido: do problema ao conceito

Passarei agora ao trabalho como ensaio *O alto e o baixo* seguindo o mais proximamente possível as orientações metódicas anteriores, o que significará principalmente relacionar meu projeto de pesquisa ao de Ginzburg através do diálogo entre autores. Dentre os vários resultados que espero obter, conhecer as propriedades metódicas da relação entre morfologia e história que Ginzburg estabelece está entre os principais. Como expliquei, obterei parte da compreensão dessas propriedades aplicando alguns resultados obtidos pelo autor aos que venho obtendo em meu projeto sobre o conceito de forma e de morfologia.

Sobressai-se logo de início que, sendo objeto de investigação de Ginzburg um *tema*, ele encontra-se entre os objetos adequados segundo o MEHM, o que já estabelece uma afinidade metódica entre os dois projetos. Ginzburg explica-nos que seu tema é muito amplo e, assim, prefere começar seu tratamento a partir de um “texto definitivo”,¹³ a *Epístola aos romanos 11.20*. Conceberei um texto escolhido nessas circunstâncias como o *texto-raiz* de uma investigação. A frase no interior dessa passagem que significativamente associa-se ao tema é, na *Vulgata* de São Jerônimo, “*nolli altum sapere, sed time*”, “não te ensoberbeças, mas teme”.¹⁴ Trata-se de uma exortação, advertência ou admoestação de São Paulo aos romanos convertidos para que não desprezem os hebreus. O fato de ser uma exortação relaciona a referida passagem tanto a um ato mais forte de proibição como ao de um mais atenuado de prudência, o que é essencial para que Ginzburg relacione, tal como exige sua escolha temática, a relação entre proibição e conhecimento. Observando e discutindo o que o autor faz a seguir, essa escolha aparece-me como a razão central para que ele selecione da frase original o fragmento “*altum sapere*” e, deste, o verbo “*sapere*”. Sua intenção é buscar pelo significado mais profundo destes fragmentos investigando as variações de “*altum sapere*” sob dois aspectos que percebo como mais proeminentes. Para Ginzburg, “*sapere*” foi posteriormente entendido “não como um verbo de significado moral (‘sê sábio’), mas como um verbo de significado intelectual (‘conhecer’)” e a expressão adverbial “*altum*” “foi entendida como um substantivo que designa aquilo que está no alto”.¹⁵ Desse primeiro passo investigativo do tema vem a conclusão de que “a condenação da soberba moral pronunciada por São Paulo tornou-se uma censura contra a curiosidade

fórmulas remeta respectivamente à epistemologia e à história como disciplinas, trata-se de uma associação pragmática, contingente ou provisória que não reflete os reais compromissos metódicos e conceituais da pesquisa. Um projeto maduro orientado pelo MEHM possui compromissos exclusivos com problemas, temas e conceitos integralmente interdisciplinares. (4) Ainda discutirei no momento apropriado se não seriam outras formas de articulação disciplinar diferente da interdisciplinaridade (como a multidisciplinaridade) que melhor se ajustem ao método. (5) Uma grande questão que parece criar um vácuo nessas condições iniciais é o da validade objetiva e universal de uma epistemologia que é identificada a nada mais do que um processo de construção racional de conceitos visando a solução de problemas intelectuais específicos cuja validade repousa no significado pessoal que eles possuem para o pesquisador.

¹³ Ginzburg, *Mitos, emblemas, sinais*, 95.

¹⁴ Antes de citar a *Vulgata*, Ginzburg apresenta o texto grego como sendo, de fato, em seu projeto, o ponto de partida de tal investigação.

¹⁵ Na *Bíblia: tradução ecumênica* (São Paulo: Loyola, 1994), há um breve comentário à essa passagem que reforça seu caráter moral e teológico. A admoestação teria o sentido de que os romanos deveriam agir segundo a fé, pois, “por sua própria natureza, a fé se opõe ao orgulho, a toda presunção” (p. 2192, nota t). A nota remete a outra (p. 2177, nota d, para *Romanos 4.2*) que traz mais esclarecimentos acerca da relação entre fé e orgulho em São Paulo. Para alguns intérpretes, tal relação seria o tema central de seu pensamento. Segundo Bultmann, “Em sua essência o pecado é essa pretensão (orgulho) do homem de se fazer valer diante de Deus, quer pela justiça das obras (entre os judaizantes), quer pela sabedoria (entre os gregos)” (p. 2127). Veremos adiante como isso se apresenta na associação central que Ginzburg constrói entre moralidade e intelectualidade. Rudolf Bultmann defende uma “desmitologização” da palavra bíblica – cf. F. Polak, *The image of the future* (New York: Elsevier, 1973), 209 -, enquanto Ginzburg a enxerta num mundo simbólico no qual o mito é apenas um de seus domínios.

intelectual”.¹⁶ Para mim, Ginzburg descobriu uma espécie de operador ético-epistêmico que articula moralidade e intelectualidade a partir da polaridade alto-baixo, de caráter mais ontológico.¹⁷

Já podemos extrair desses primeiros resultados alguns elementos que aproximam o MEHM ao que passo a chamar método histórico morfológico. “Alto e baixo” e “conhecimento proibido” são unidades de intelecção que caracterizarei respectivamente como um *problema* e um *tema* no sentido do MEHM. O primeiro pode ser percebido em operação não apenas no projeto, mas no plano da trajetória de pesquisa de Ginzburg. O tema do conhecimento proibido é um segundo nível de objetivação que demarca um limite conceitual e histórico do problema intelectual. A principal função metódica do problema é tornar-se o embrião de um processo de racionalização que, partindo do significado profundo difundido ou diluído no contínuo biográfico, começa a “montar” um tema a partir de “intuições” que indicam quais são os textos, autores, períodos, conceitos etc. capazes de trazer as respostas que nosso desejo de conhecer exige. Vejo esse processo em ação na trajetória de Ginzburg quando ele diz que, tendo-se deixado guiar no passado “pelo acaso e pela curiosidade, e não por uma estratégia consciente”,¹⁸ o que pareciam ser desvios na pesquisa sobre um de seus temas centrais, o *sabá*, não mais o são atualmente. O que fora um processo investigativo espontaneamente alimentado pela curiosidade, sujeito, em princípio, à dispersão (muitas vezes chamado pejorativamente de “viagem”), mostrou-se retrospectivamente dotado de um sentido capaz de ser racionalizado. Foi algo dessa natureza que, a meu juízo, conduziu Ginzburg a escolher o texto específico de São Paulo como início *genético* da pesquisa conduzida em *Alto e baixo*. Um novo nível de objetivação entra em curso quando, do interior desse texto, o autor seleciona um fragmento dotado, por assim dizer, de um “centro dinâmico” de significado capaz de conectar-se a outros a ele semelhantes. Tais centros podem ser localizados em inumeráveis fontes, textuais ou não, e, uma vez estabelecidas as devidas conexões, o sentido e a unidade do tema, como objeto apropriado de pesquisa, são consolidados através da criação de uma *continuidade* entre fontes históricas e conceituais no interior da qual a racionalização e a objetivação vão crescendo progressivamente. Isso corresponde, nos termos do MEHM, às passagens do problema ao tema e, deste, ao *conceito*.

¹⁶ C. Ginzburg, *Mitos, emblemas, sinais*, 95.

¹⁷ Em *Ética e razão*, Leopoldo e Silva apresenta o que considero uma articulação muito esclarecedora de componentes epistêmicos e éticos que pode caracterizar o que seriam os elementos mais propriamente filosóficos de um campo da cultura como o de Ginzburg. Partindo de uma interpretação do processo de limitação da razão no iluminismo, o primeiro autor diz que “[...] a razão se constitui positivamente ordenando-se negativamente em relação àquilo que não pode alcançar nos parâmetros do que instituiu como ser objetivo. [...] as noções explícitas ou implícitas, de verdade, objetividade, limite, teoria, interesse especulativo, uso da razão, finalidade, sentido do conhecimento etc., e tudo aquilo que a elas se contrapõe, delimitam a intersecção, nunca muito bem determinada, entre conhecimento e valor, ciência e sentido, verdade e finalidade. Pode-se dizer que nunca o conhecimento se institui, nos seus procedimentos e na demarcação dos seus horizontes, sem que se tenha constituído, simultaneamente, embora nem sempre reflexivamente, o quadro axiológico imanente ao desejo de saber. Há, portanto, em princípio, uma indissociabilidade entre razão e ética” - cf. F. Leopoldo e Silva, “Ética e razão” em A. Novaes (org.), *A crise da razão* (São Paulo: Minc-Funarte/Companhia das letras, 1999), 351-2. Nos campos conceitualmente mais alargados da morfologia histórica e da epistemologia histórica, talvez possamos obter novos entendimentos dessa intersecção entre conhecimento e valor a partir de suas expressões históricas concretas individuais e coletivas. Vejo, por exemplo, o processo de instituição e de ordenamento do conhecimento positivo a partir de sua negatividade de natureza ética e existencial expresso historicamente na forma do par antitético conhecer-proibir investigado por Ginzburg. Isso porque, em minha forma de ver como esse par opera culturalmente, há uma profunda afinidade entre o que Leopoldo e Silva apresenta como quadro axiológico imanente ao desejo de saber e às ações investigativas movidas pelos afetos emanados por certo quadro *antropológico* radical desse mesmo desejo.

¹⁸ C. Ginzburg, *Mitos, emblemas, sinais*, 12.

A sequência de transformações (i) “*nolli altum sapere, sed time*”, (ii) “*nolli altum sapere*”, (iii) “*altum sapere*” e (iv) “*sapere*” são os primeiros movimentos do tema de onde brotará um conceito que sintetiza o sentido mais geral de um par antitético “conhecer-proibir”, dotado do que chamei antes de um operador ético-epistêmico. Do texto-raiz embrionário, escolhido pela função de significação do tema, vai surgindo um *conceito raiz* ou conceito genético primário (que, na primeira parte do ensaio, chamei de “semente”) que se consolidará na medida em que as conexões de significado mais gerais transformem-se em um sistema orgânico de conceitos. Por fim, esses componentes preliminares recebem do MEHM outra importante qualificação: esse processo de geração de unidades de inteligência através de transformações e metamorfoses orgânicas de elementos historicamente “dados” é concebido como um *processo morfológico* de geração racional de *conceitos morfológicos* que se organizam como uma *disposição morfológica*. Temos aqui uma primeira descrição da totalidade do processo genético racional e morfológico de conceitualização que integra a caracterização inicial do método. Será mais fácil entendê-lo observando-o em ação no interior do projeto de Ginzburg.

A partir dos fragmentos extraídos do texto-raiz, Ginzburg obtém outros significados através de novas decomposições e composições envolvendo outros textos, autores, períodos, escolas, ideias etc. A lista abaixo contém parte dos próximos passos no interior desse processo de transformações:

(1) Ginzburg identifica e seleciona:

(1a) Duas exortações contidas em duas outras passagens da *Epístola aos romanos*: “Digo ... a cada um de vós que não tenhais de vós próprios um conceito mais alto do que o que é certo” (Rm 12,3) e “Não tenhais o ânimo nas coisas altas, e deixai-vos atrair pelas humildes” (Rm 12,16).

(1b) “Phronein” como a palavra chave nas duas exortações anteriores, traduzida como “sapere” por São Jerônimo.

(1c) A afirmação de Lactâncio (séc. III) de que “sapere” significa “procurar a verdade”.

(1d) A crítica que Pelágio (séc. V) fez àqueles que interpretam a exortação de São Paulo como uma proibição ao “estudo da sabedoria (*sapientiae studium*)”.

(1e) A afirmação de Erasmo de Rotterdan (séc.XVI) de que “o alvo das palavras de São Paulo fora um vício moral, não intelectual” não condena a erudição, mas o “orgulho pelos nossos sucessos mundanos”, sendo dirigida aos ricos, e não aos doutos.

(2) Ginzburg afirma conjecturalmente o fato geral de que havia uma tendência persistente em se entender mal o significado de “*nolli altum sapere*”.

(3) Afirma não conjecturalmente o fato geral de que:

(3a) O uso incorreto, (por aqueles que Pelágio criticou) e o correto (o de Pelágio e de Erasmo) conviveram no tempo.

(3b) Os comentadores medievais e renascentistas fizeram a leitura correta: “*nolli altum sapere*” consiste em uma “admoestação dirigida contra o orgulho intelectual”.

(4) Afirma, na forma de uma declaração que combina a proposição de uma conclusão, tese e conjectura, que

Por séculos e séculos, as palavras paulinas ‘non altum sapere’, extraídas do contexto, foram citadas por autores laicos ou eclesiásticos como texto óbvio contra qualquer tentativa de ultrapassar os limites do intelecto humano.¹⁹

Essa lista e a ordem que conecta suas “proposições” são, de forma simplificada, uma expressão concreta do referido processo genético racional de conceitualização. Em minha opinião, não há aqui um argumento linear que conecta logicamente e hierarquicamente um conjunto de proposições, mas há a síntese racional de uma rede de conceitos que vai conferindo inteligibilidade a um tema na medida em que aponta para a solução de um problema intelectual que lhe antecede. Podemos ver um novo e importante avanço nessa síntese quando Ginzburg obtém, a partir de (4), um novo resultado que envolve a admissão de posições teóricas de longo alcance, juntamente com uma grande ampliação do período histórico no qual o tema do conhecimento proibido é investigado:

Encontramo-nos, portanto, frente a um lapso não individual, mas coletivo, ou quase coletivo. O deslize das palavras de são Paulo, passando de um significado moral para um significado intelectual, foi certamente favorecido por fatores de ordem lingüística e textual. Mas o fato de que as palavras ‘nolli altum sapere’ foram interpretadas como uma admoestação contra o conhecimento ilícito das ‘coisas altas’ implica também elementos mais profundos.²⁰

Dentre os vários temas que a necessidade intelectual de entender o problema gerado pela tensão alto-baixo, surgiu, como parte da trajetória de pesquisa de Ginzburg, o tema do conhecimento proibido, cuja investigação vai dando corpo a um conceito que se organiza como uma tensão proibir-conhecer. Este conceito organiza igualmente um processo histórico onde as dimensões epistemológica e moral se relacionam e se intercambiam. Mas a racionalidade que confere inteligibilidade a esse processo não se reduz àquela aplicada ao estudo específico dos textos como parte do campo bem amplo de conhecimento que poderíamos designar como “ciências da linguagem”. A partir do diálogo com Ginzburg, entendi que tal racionalidade conceberia primariamente as metamorfoses de “*nolli altum sapere*” como objetos singulares e contingentes do tipo “erro”, “lapso” ou “desvio”. Isso tornaria invisível a ordem que subjaz a essas metamorfoses, pois sua percepção depende de uma racionalidade que articula fatores lingüísticos e não lingüísticos – mais restritivamente, fatores textuais e não textuais. A ação cognitiva dessa racionalidade organizou e localizou para Ginzburg os referidos deslizes textuais no interior de um processo histórico de longo alcance. Assim, percebi que é a partir do significado que essa racionalidade confere ao problema alto-baixo que levou o autor a concluir que, o fato histórico dos acidentes lingüísticos terem produzido especificamente “uma admoestação contra o conhecimento ilícito das ‘coisas altas’” envolve “elementos mais profundos”. No colóquio com Ginzburg também vi que tal racionalidade situa-se em um plano simbólico mais amplo no qual a linguagem é um ingrediente essencial, mas não exclusivo (nem um ingrediente ideal perseguido pelas ciências da linguagem de reduzir ao plano lingüístico tudo o que *ainda* lhe é exterior) Concebo esse plano e essa racionalidade como precisamente morfológicos. Eles proporcionam a inteligibilidade do método histórico morfológico que, articulado dialeticamente a uma racionalidade que legitimamente reivindica o qualificativo *epistemológico*, confere ao método epistemológico histórico aquela dimensão morfológica que ainda não estava presente entre seus componentes mínimos iniciais. Isso já significa obter parte do resultado que procuro: ampliar e tornar mais precisas as propriedades investigativas do MEHM.

Balizado nos resultados oferecido por Ginzburg, adotar a morfologia como âmbito simbólico primordial, do qual provêm as novas propriedades metódicas, significa assumir que um processo transformacional “puro” possua um valor *exclusivamente metódico* para a solução de

¹⁹ *Ibid.*, 96-97.

²⁰ *Ibid.*, 97.

problemas intelectuais. Tal valor pode e deve ser independente de quaisquer significados ontológicos,²¹ metodológicos ou lógicos que se possa atribuir a essas transformações. Significa que o processo transformacional possui um valor cognitivo, no sentido de valor racional, que confere inteligibilidade àquilo que na racionalidade da investigação linguística e textual seria ruído. A racionalidade morfológica situa-os dentro de um processo simbólico morfogenético²² que se expressa ontogeneticamente e filogeneticamente. A primeira expressão confere inteligibilidade aos referidos lapsos linguísticos no plano individual e a segunda o faz no plano coletivo. Na racionalidade morfológica, o acidente linguístico torna-se uma mutação criativa.²³

Voltemos agora ao que Ginzburg encontrou de mais profundo nas metamorfoses de “*nolli altum sapere*”. No interior do plano simbólico e da racionalidade morfológica, passarei a conceber todas as unidades de intelecção como *formas*, ou seja, como unidades simbólicas que conferem inteligibilidade dinamicamente através de um processo histórico e conceitual de transformações. O processo de racionalização e objetivação das formas coincide com o de delimitação e precisão dos conceitos – “tomar forma” equivale a “tornar-se conceito”. Temos aqui um novo momento em que o método epistemológico histórico assume mais diretamente uma propriedade morfológica. Sendo assim, para compreender o achado de Ginzburg, devemos compreender quais são as racionalidades, unidades de intelecção, disciplinas, perspectivas teóricas, etc. que o plano simbólico morfológico articula consistentemente. Dentro da síntese de racionalidades e de “perspectivas” teóricas que esse plano realiza, poderemos ver o que há de regular e de universal naquilo que a racionalidade da análise textual

²¹ Em minha formulação do conceito de mônada orgânica, parto da metafísica da substância de Leibniz para conceber um processo transformacional que poderia ser dito “puro” (necessariamente entre aspas), o que significa operacionalizar uma ontologia de modo a metamorfosé-la em um possível método de investigação. Essa operacionalização deve ser feita de modo a tornar o método independente de qualquer fundamento ontológico ou metafísico. Esse processo transformacional é obtido, a partir da monadologia leibniziana, através da proposição de que o simples imutável e o composto dinâmico (orgânico ou transformacional “puros”) coexistem de modo não contraditório na interioridade absoluta da mônada metafísica (M. de C. Ramos, “O conceito de mônada orgânica”, 2012d, parte 1). Embora não tenha informado em meu artigo, tais resultados foram obtidos sob a orientação da abordagem epistemológica histórica e, até certo ponto, do MEHM. Isso permitiu que eu operacionalizasse metodicamente a robusta e substancial metafísica leibniziana sem tomá-la como *fundamento* do método. Em futuros desenvolvimentos do presente projeto, explorarei uma possível síntese entre estas várias modalidades de processos transformacionais – parece interessante, por exemplo, levar a substancialidade relacional da monadologia até os padrões de transformações de imagens inteligíveis sob uma racionalidade iconológica. Tratarei um pouco dessa racionalidade na parte três do presente ensaio.

²² Usei este termo apenas para dar maior ênfase ao fato de que as mudanças simbólicas são consistentes com um dinamismo da forma; o mais correto seria dizer simplesmente morfológico, já que a lógica da forma é, tal como a concebo metodicamente, sempre genética – ao contrário da lógica formal que é sempre não histórica e mais ligada à ideia de estrutura do que à de forma.

²³ Incluir neste ponto do ensaio o conceito de *evolução* não acarretaria nenhuma inconsistência conceitual ou metódica. Bastaria elaborar uma concepção morfológica nos termos do método histórico morfológico ou do MEHM que evocaria um conceito mais amplo (e igualmente preciso) de evolução que não se restringisse às racionalidades fundadas no darwinismo e no neodarwinismo (como as vinculadas, por exemplo, ao adaptacionismo, ao selecionismo ou a outras tentativas de criar um darwinismo universal). Uma concepção morfológica de evolução articular-se-ia ao que Roger concebe como a entrada da história da natureza no campo da *história natural* – cf. J. Roger, “Buffon et l'introduction de l'histoire dans l'histoire naturelle” em J.-C. et al Beaune (org.), *Buffon* 88: *actes du colloque international* (J. Vrin/Institut Interdisciplinaire d'Etudes Epistémologiques: Paris/Lyon, 1992), 193; M. de C. Ramos, “As mônadas físicas como unidades gerativas no *Sistema da natureza* de Maupertuis”, *Scientiae Studia*, 7, 3, (2009): 467 - e ao que Lovejoy concebe como a temporalização da cadeia do ser – cf. A. Lovejoy, *The great chain of being: a study of the history of an idea* (Harvard: Harvard University Press, 1971), cap. IX. Contudo, não será possível desenvolver agora tais articulações e, assim, exceto em uma breve nota (30), não mais tratarei dos conceitos de filogênese e de evolução.

concebe como meros acidentes linguísticos. Cabe, então, perguntar a Ginzburg que ingredientes ele utilizou em tal síntese.

O primeiro desses ingredientes é precisamente indicado pelo autor: “Ao analisar esse tipo de lapso, tive presente como modelo E. Panofsky”,²⁴ mais precisamente seu ensaio “*Et in Arcadia ego*”: *Poussin e a tradição elegiática*. Assim, uma racionalidade *iconológica*, concebida no interior da história da arte, operará funcionalmente com grande poder de organização morfológica dos conceitos. Seria muito fecundo e interessante examinar este texto da mesma forma como estou fazendo com *O alto e o baixo*, o que corresponderia a convidar Panofsky para participar, juntamente com Ginzburg, do diálogo entre autores, mas ele deve ficar para outra ocasião. Assim, mostrarei a articulação das racionalidades iconológica e morfológica aplicando-a, como indiquei anteriormente, na proposição experimental de uma hipótese de pesquisa a partir da expansão do processo descoberto por Ginzburg para o âmbito da cultura científica da alquimia e da química; farei isso na terceira parte deste ensaio, onde tratarei de alguns elementos do referido texto de Panofsky.

Ginzburg desenvolve sua investigação recorrendo também a outra forma de racionalidade, marcadamente diferente da iconológica. Retomando *O alto e o baixo* logo após a referência aos “elementos mais profundos”, vemos o autor afirmar que “a espécie humana tende a representar a realidade em termos de opostos”. Isso é apresentado como um fato geral de amplo alcance que ele toma das concepções de L. Bertalanffy sobre o caráter cultural e biológico da cognição e da formação de categorias da percepção e da linguagem. Nas palavras de Ginzburg, nossa

*obsessão centrada na polaridade tem profundas raízes biológicas, na medida em que a mente humana é comparada a um computador que opera na base de uma lógica de tipo sim/não, tudo/nada.*²⁵

Temos aqui uma utilização, mesmo que conjectural, do conhecimento e da racionalidade das ciências biológicas para conferir maior objetividade às tensões conhecer-proibir e alto-baixo em seu processo de tornarem-se conceitos. Porém, essa associação recebe um adendo crítico “preventivo” com um importante significado metódico. Ginzburg diz que sua proposta, aliada ao referido componente biológico, envolveria um antropomorfismo contra o qual a física está imune.²⁶ Porém, tal como a entendi, essa declaração não é feita para criticar a validade do recurso ao conhecimento biológico, mas para introduzir o valer-se da objetividade de outra ciência, a antropologia. Para Ginzburg, apesar do referido adendo,

²⁴ C. Ginzburg, *Mitos, emblemas, sinais*, 254.

²⁵ *Ibid.*, 97-98.

²⁶ A tese de Bertalanffy, que ele denomina *perspectivista*, entende que “O sistema da física é obrigatório para qualquer ser racional no sentido explicado, isto é, por um processo de desantropomorfização esse sistema aproxima-se da representação de certos aspectos racionais da realidade. É essencialmente um algoritmo simbólico conveniente para tal propósito. No entanto, a escolha dos simbolismos que aplicamos, e por conseguinte dos aspectos da realidade que representamos, depende de fatores biológicos e culturais [...] Há talvez uma razão profunda em virtude da qual nossa representação mental do universo espelha sempre apenas certos aspectos ou perspectivas da realidade. Nosso entendimento, pelo menos na linguagem ocidental, mas possivelmente em qualquer língua humana, faz-se essencialmente em termos de opostos” – cf. L. Bertalanffy, *Teoria geral dos sistemas* (Petrópolis: Vozes, 1973), 328-9. Em termos metódicos, penso que a posição perspectivista de Bertalanffy pode deixar de ser relativista se entendermos que a pluralidade de sistemas simbólicos igualmente legítimos pode ser subsumida a um processo de construção conceitual geral, o que proponho como um sistema simbólico morfológico.

*os seres humanos continuam a se comportar e a pensar da maneira mencionada. Para eles, a realidade, enquanto refletida pela linguagem e, conseqüentemente, pelo pensamento, não é um continuum, mas um âmbito regulado por categorias descontínuas, substancialmente antitéticas.*²⁷

Estas afirmações envolvem a aceitação de fatos antropológicos “fortes” reconhecíveis apenas à luz da racionalidade que confere inteligibilidade ao campo geral da antropologia. Tais categorias “têm um significado cultural ou simbólico, além do nível biológico”, mas *também* do biológico, representado pelo “algoritmo” tudo/nada de Bertalanffy. No processo de conceitualização em curso, temos um novo resultado importante a ser fixado: os conceitos construídos por Ginzburg são caracteristicamente antitéticos, o que significa para mim que o método morfológico conferiu uma precisão conceitual adequada ao tema investigado. São conceitos que organizam e conferem objetividade a um processo dinâmico de simbolização, a uma tensão de ideias que possivelmente não seria adequadamente compreendida por meio de instrumentos metódicos analíticos. No desenvolvimento de sua investigação, Ginzburg sugere uma articulação dessas duas ciências sobrepondo ao significado biológico de categoria antitética um significado antropológico. Nesse sentido, ele menciona, sem discutir, um estudo da oposição direita/esquerda presente, *Right and left: essays on dual symbolic classification* (1973), do antropólogo social R. Needham. Nesse mesmo âmbito teórico, Ginzburg afirma, como outro grande fato geral acerca das categorias e conceitos antitéticos, que o mais universal dentre eles é a oposição alto/baixo: “É significativo que digamos que algo é ‘elevado’ ou ‘superior’ – ou, inversamente, ‘baixo’ ou ‘inferior’ – sem nos darmos conta do motivo por que aquilo a que atribuímos maior valor (a bondade, a força etc.) deva ser colocado no alto”. Aqui ele está falando de nós, humanos, mas, logo a seguir, vemos o componente biológico geral ainda em operação: “Também os primatas, ao que parece, reagem à contraposição entre alto e baixo”. O raciocínio de Ginzburg está, neste ponto, claramente localizado no encontro da biologia com a antropologia. Ele aceita a validade de situar a origem de categorias antitéticas universais valorativas entre os animais, mas, na história dessas categorias, algo de especificamente humano deve surgir, a saber, “o intenso valor cultural atribuído a essa contraposição em todas as sociedades conhecidas”.²⁸ Em síntese, considerando apenas os elementos que obtive no diálogo, conceberei a segunda forma de racionalidade e o campo conceitual que confere inteligibilidade a estes últimos raciocínios do autor como sendo *biocultural*. Já atribuí essa mesma característica ao processo geral investigativo contínuo que vai da biografia ao projeto de pesquisa, o que implica a abertura de uma hipotética imbricação entre um processo simbólico bioantropológico histórico e factual e um processo simbólico metódico de investigação, produção e aquisição de conhecimento.²⁹ Não é o caso de desenvolvê-la neste ensaio, mas ela pode servir para conferir novos refinamentos futuros ao MEHM. Voltando ao diálogo com Ginzburg, entendo que o recurso à racionalidade biocultural torna inteligível a atribuição de propriedades “protovalorativas” a padrões de comportamento animal conferindo-lhes um claro caráter cultural. Com tal atribuição, a fronteira entre comportamento e ação fica mais plástica – mas, consistentemente ao que proponho, a ação deve sempre ser primária. O mesmo ocorre na direção oposta, pois aquilo que se tornou tipicamente humano pode ser pensado dentro de uma história contínua que começa, sem rupturas drásticas, nesses

²⁷ C. Ginzburg, *Mitos, emblemas, sinais*, 98.

²⁸ *Ibid.*, 97-98.

²⁹ Um diálogo com John Dewey acerca da teoria da pesquisa que ele desenvolve em J. Dewey, *Logic: the theory of inquiry* (New York: Holt, Rinehart and Winston, 1960), especialmente o capítulo 2, seria muito profícuo. O naturalismo e a história morfológica poderiam ser aproximados no sentido de conceber o paradigma indiciário como base para a articulação de um processo epistemológico a um processo biocultural. Mas tal aproximação deve ser completamente operacionalizada metodicamente de modo a eliminar qualquer tentativa de naturalização da epistemologia (que sempre conduz a alguma forma de redução não dialética), seja em termos evolutivos, antropológicos ou psicológicos.

“protovalores” mais conspicuamente, mas não completamente, biológicos. Rupturas drásticas conduziriam, no limite, a dualismos fortes cujas limitações são combatidas por reducionismos fortes, sejam biológicos ou culturais, que apresentam suas próprias limitações. A abordagem continuista que proponho pode, em princípio, contornar metodicamente estas duas fontes de limitação.

Ginzburg também recorre ao que seria, a julgar pelas breves indicações que fornece, outra fonte de conteúdos para consolidar a continuidade e a unidade de seu projeto. O fato de o homem possuir uma infância prolongada e um desenvolvimento físico e intelectual (ontogênese psico-orgânica) lento aparece como um componente *psicobiológico* que fortalece a síntese dos caracteres simbólico, valorativo e biológico que singulariza o par antitético alto-baixo. Ginzburg obteve tais ideias em *Primitive high gods* (1972), do antropólogo e psicanalista húngaro-americano G. Róheim, de modo que a antropologia alia-se à psicanálise³⁰ e, acrescento, à racionalidade geral que recorre à casualidade e à organização conceitual e simbólica da psicologia em sentido lato. Para utilizá-las metodicamente com eficácia, essas sínteses sucessivas de racionalidades – teríamos agora o tipo *biopsicocultural* – devem ser todas orientadas pela racionalidade morfológica, lembrando que se trata apenas do uso de um recurso metódico que não envolve a criação de novas formas fixas de racionalidade híbridas fundadoras de novas escolas ou categorias. Na continuidade do texto, Ginzburg nos diz que esse fato da ontogênese humana pode plausivelmente *explicar*

a identificação imediata daquilo que é alto com a força, a bondade e assim por diante. À criança privada de qualquer recurso, o adulto poderosíssimo aparece como a encarnação de todos os 'valores'.³¹

Eis que as metamorfoses particulares do significado e, acrescento agora, do valor da exortação “*nolli altum sapere*”, percebidas de início basicamente através de um estudo comparativo no âmbito textual e da linguagem, expandem-se amplamente graças à síntese de várias áreas do conhecimento, tanto das ciências humanas ou da cultura, quanto das naturais. Na continuidade do processo que Ginzburg investiga, essa expansão vai avançando temporalmente da Antiguidade aos tempos modernos (no ensaio *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*, como já apontei, ela se estende da pré-história ao século XIX), enquanto vai organizando novas unidades de intelecção e tornando mais precisas aquelas já construídas: a tensão alto-baixo criou uma trama de temas na qual os conceitos antitético alto-baixo e conhecer-proibir se determinaram.

Como um dos pontos altos de *O alto e o baixo*, a síntese de vários processos genéticos – mutações textuais e linguísticas, transformações iconológicas, biogênese, psicogênese e antropogênese – permitiu que Ginzburg descobrisse e nos mostrasse como a articulação

³⁰ No capítulo X (*The unity of mankind*) de G. Róheim, *Psychoanalysis and anthropology: culture, personality and the unconscious* (New York: International Universities Press, 1950), Róheim articula psicanálise e evolução biológica recorrendo a grande quantidade de teorias e fatos acerca da reprodução, embriogênese, desenvolvimento pós-embriônico e cuidado parental humanos. Para o autor “A concepção de evolução humana é interessante sob muitos pontos de vista. Primeiro, ela confirma minha interpretação das atividades econômicas da humanidade [...]. Em segundo lugar ela reforça a visão de Freud. Primeiramente, havia o Id que, ajustando-se à pressão externa, tornou-se Ego [...]. Em terceiro lugar, devemos levar em conta que o Id pré-humano e o Id animal são duas coisas diferentes. Enquanto o Id animal também é Ego (ou seja, o animal quer o que é melhor para ele), o Id humano é, em grande medida, fantasia, o produto de um cérebro ativo em situação de defesa” (p. 418). Em linhas gerais, parece-me que tais ideias são utilizadas por Ginzburg pela assunção da seguinte tese: o caráter essencialmente conflituoso e agonístico que conjuntamente participa da organização ontogenética e psicogenética é o palco para a organização simbólica de conflitos de natureza cultural (epistêmica, moral, estética, etc.) sob a forma de pares antitéticos como alto-baixo.

³¹ C. Ginzburg, *Mitos, emblemas, sinais*, 98.

morfológica dos conceitos antitéticos de alto-baixo e conhecer-proibir expressa-se na construção de várias “realidades”: a cósmica, “é proibido olhar os céus e, em geral, os segredos da Natureza (*arcana naturae*)”, a religiosa, “é proibido conhecer os segredos de Deus (*arcana Dei*), como a predestinação, o dogma da Trindade e assim por diante” e a política, “é proibido conhecer os segredos do poder (*arca imperii*), isto é os mistérios do poder”. Conversemos melhor sobre essa descoberta. Para o autor, tais aspectos da realidade apresentam-se como diferentes hierarquias mutuamente reforçadas por analogias. O ressurgimento em vários contextos de “*nolli altum sapere*” (e, acrescento, das metamorfoses de seus significados) “reflete um pressuposto unitário implícito”, dado pela referida analogia entre as hierarquias. Vejo aqui uma imagem na qual essas hierarquias assumem a forma de *cadeias do ser* de três tipos, sobrenatural, política e natural, que convergem em seu polo superior circunscrevendo um campo ou região simbólica que identifico ao que Ginzburg concebe como “um âmbito separado, cósmico, religioso e político, definível como ‘alto’ e vedado ao conhecimento humano”.³² Acredito que o próprio fato da existência dessas múltiplas hierarquias é um efeito da organização de elementos axiológicos e “topológicos” que se ligam intimamente para formar unidades simbólicas culturais de significado que se assemelha a uma *forma simbólica* de E. Cassirer. A investigação dessa semelhança é tema para outra parte de meu projeto, mas posso adiantar que, desenvolvendo conceitualmente uma das possibilidades do referido conceito cassireano,³³ o que

³² *Ibid.*, 98-9.

³³ Estou fazendo isso através da aplicação de elementos do conceito de forma simbólica de Cassirer às funções metódicas gerais do MEHM para torná-las mais eficazes na construção dos contínuos de transformações que sustentam a epistemologia histórica de conceitos. A partir dessa aplicação, a aludida ligação de elementos axiológicos e topológicos pode ser entendida como ocorrendo, primeiramente, no interior do *espaço mitológico*, que “ocupa uma *posição intermediária* entre o espaço da percepção sensível e o espaço do conhecimento puro, o espaço da intuição geométrica” – cf. E. Cassirer, *Filosofia de las formas simbólicas* (Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1998b), vol. 2, 116. Porém, para atingir a precisão exigida pelo MEHM, proponho diferenciar esse espaço geral do mito pela interposição de um “espaço orgânico” simbólico, não substancial, mediando o da sensibilidade e o da intuição geométrica. Espaço orgânico identifica-se a espaço morfológico ou simplesmente forma. Como forma especializada dentro da forma simbólica geral do mito de Cassirer, tal espaço (penso que o termo “região” seria bem melhor do que espaço, mas mantereí por enquanto a terminologia do autor) suportaria simbolicamente o que já expliquei como sendo um processo genético de construção de conceitos orientado pela racionalidade sintética morfológica. Cassirer fala dos espaços da percepção e do mito como formando certa unidade: ambos são heterogêneos, pois seus “pontos” ou individualizações são construídos a partir das particularidades do que é imediatamente dado na percepção; a intuição geométrica emergiria da negação da singularidade dos pontos que determinaria a homogeneização do espaço. O autor qualifica tal heterogeneidade como sendo *fisiológica* e a coloca em oposição à homogeneidade *métrica* do espaço geométrico (p. 118). É a partir desse sentido de fisiologia que caracterizarei o conceito de espaço ou região morfológico que aprimorará as funções metódicas do MEHM. O cerne desse aprimoramento está no seguinte: para Cassirer, o espaço fisiológico difere do métrico porque “no primeiro, em frente e atrás, esquerda e direita, acima e abaixo não são intercambiáveis, dado que, ao nos movermos em cada uma dessas direções, produzem-se sensações orgânicas específicas; pois bem, cada uma de essas direções está ligada correlativamente a específicos valores emotivos mitológicos” (p. 118). Vejo aqui a aplicação da mesma forma de integração das racionalidades biológica e antropológicas (biocultural) que percebi no projeto de Ginzburg. Esses valores emotivos do mito, gerados a partir da singularidade fisiológica da percepção local, diferenciariam o componente axiológico-topológico associado à polaridade geral acima-abaixo de Cassirer na polaridade específica alto-baixo de Ginzburg, que vem associada à polaridade “pré-valorativa” moral da tensão conhecer-proibir. A qualificação e a regionalização do “alto” seria uma fonte de valores, comuns às três cadeias do ser (sobrenatural, política e natural) mencionadas, da qual emanariam as unidades simbólicas de significado e de inteligibilidade. Assim, do mesmo modo que há, na caracterização de Ginzburg, uma região superior teológica, política e cosmológica proibida ao conhecimento humano, haveria uma região homóloga a partir do que Cassirer concebe como a “única distinção especial primogênita que sempre se repete nas criações mais complexas do mito”, a saber, “a distinção de duas regiões do ser: uma normal geralmente acessível, e outra que, como região sagrada, aparece realçada, separada, cercada e protegida do que a rodeia” (p. 118).

são apresentados como âmbitos diversos de uma realidade dada, inteligíveis a partir de pressupostos ontológicos que servirão como fundamento de processos de transformação histórica, passam a ser núcleos simbólicos específicos da cultura utilizados metodicamente para a organização dos fatos-fenômenos históricos em unidades com sentido objetivo.³⁴ O núcleo conhecer-proibir, detectado por Ginzburg no texto bíblico e progressivamente determinado pela aplicação sintética de várias racionalidades, modifica-se da condição de unidade problematizante para a de unidade temática e, desta, para a de unidade conceitual. Assim, o *conceito de conhecimento proibido*, entendido como base simbólica dinâmica de um processo epistemológico histórico, passou por metamorfoses específicas que organizaram aqueles três âmbitos da cultura, o cosmológico, o religioso e o político, cada qual com seus segredos protegidos por censuras morais que estiveram em atividade por séculos. O par antitético alto-baixo criou a tensão de significados e valores que se expressaram como “razões” para tais censuras. Para o âmbito específico da política e do poder, Ginzburg desenvolve o tema caracterizando isso que chamei de razões como sendo de caráter ideológico: “O valor ideológico dessa tríplice exortação é evidente. Ela tendia a conservar a hierarquia social e política existente, condenando os pensadores políticos subversivos que tentavam penetrar os mistérios do Estado”³⁵. Entendo que tal “evidência” é o efeito da transformação simbólica de certo componente “pré-valorativo” difuso no componente também geral, mas mais preciso dos valores ideológicos. A partir deles, obtém-se o entendimento da organização “material”, que pode se expressar, por exemplo, na esfera das instituições, reportando-a a uma organização na esfera das ideias ou da “racionalidade”. Esse entendimento é possível a partir daquele processo morfológico simbólico que conferiu um significado sintético valorativo e epistemológico àquela região “superior” das três hierarquias analogicamente conectadas e que associei a três “cadeias dos seres”.

Além do político e do social, no plano da histórica geral em que Ginzburg desenvolve seu projeto, o referido processo morfológico também produz consideráveis transformações de unidades e categorias “clássicas” estabelecidas por amplos consensos. Os conceitos de “Renascimento”, de “Idade Média” e de “oitocentista” que aparecem na citação a seguir, recebem de Ginzburg uma reformulação quanto ao modo específico deles expressarem o conhecimento proibido como limite da razão: “A insistência nos limites da razão contradiz, à primeira vista, a imagem oitocentista do Renascimento como uma época claramente contraposta ao mundo ‘medieval’ tradicional”. A partir do exame do *De imitatione Christi*, de Tomás de Kempis (1380-1541), e de uma carta de Erasmo a John Carondelet (1543), Ginzburg diz que “medieval” é um “termo muito vago e genérico” e mostra que a utilização, pelas ordens monásticas “medievais” (refere-se aos *Irmãos da Vida Comum*), da humildade contra o orgulho intelectual da escolástica, fato histórico também “medieval”, não é interrompida em Erasmo, autor canônico do “Renascimento”: “Erasmo, que na juventude fora seguidor dos Irmãos da Vida Comum, não se identificou com a tradição das ordens monásticas, e tampouco com a da escolástica. Nos *Antibárbaros*, com efeito, ele refutou ambas como exemplo de

³⁴ A crítica de Bevir – cf. M. Bevir, *A lógica da história das ideias* (Bauru: EDUSC, 2008) – ao conceito de ideia-unidade de Lovejoy serve para ilustrar a importância dessa propriedade metódica que transforma um âmbito substancial da realidade em um núcleo ou forma simbólica de organização de fenômenos. Para o primeiro, “A falácia essencialista é exemplificada pelo projeto de A. O. Lovejoy de estudar ideias-unidades porque elas mudam sua forma exterior e entram em várias relações inconstantes uma com as outras ao longo do tempo [...] devemos evitar o essencialismo: devemos ser cautelosos em relação a qualquer referência a objetos ‘primários e persistentes’ na história das ideias” (p. 256). O antídoto para essa forma de “platonismo histórico” que Bevir propõe é fundamentalmente de caráter analítico. Para mim, a partir da inteligibilidade sintética que a racionalidade morfológica oferece, é possível conferir um caráter funcional à ideia-unidade de Lovejoy que a afasta integralmente do suposto essencialismo identificado por Bevir.

³⁵ C. Ginzburg, *Mitos, emblemas, sinais*, 99.

‘barbárie’³⁶. Mesmo localizando Erasmo no interior de outras unidades ou categorias históricas, que antes chamei de consensuais, tais como “tradição humanista” e “Reforma”, o conceito histórico de “conhecimento proibido”, tornado objetivo e delimitado pela organização metódica morfológica, cria uma continuidade entre “medieval” e “renascentista” consolidada não somente pelo estudo comparativo textual dos autores envolvidos, mas também pela articulação do conhecimento histórico ao biológico, antropológico, psicológico e, como veremos, ao iconológico; temos aqui um claro exemplo de aplicação da interdisciplinaridade radical que caracteriza o MEHM. Situada nessa continuidade, as ideias e posicionamentos de Erasmo são entendidos como metamorfoses de um núcleo de valores epistêmico-morais. Essas metamorfoses ocorridas no período renascentista e aquelas sofridas pelo texto de São Paulo entre os séculos II e IV fazem parte de um *mesmo* processo morfológico histórico que garante a inteligibilidade, a objetividade e a racionalidade de ligações cronologicamente e contextualmente tão distantes. Isso torna evidente porque o processo de transformações genéticas é concebido como *conceitual*: a ligação entre os episódios históricos concretos se dá primordialmente no plano das “ideias”, ou no da racionalidade geral, gerando uma transmissão conceitual que é prioritária em relação à transmissão material (lembrando que não há aqui qualquer forma de fundamentação ou redução do material ao racional). A partir da articulação do método histórico morfológico de Ginzburg com o MEHM, a dimensão epistemológica da construção histórica contínua conduz as categorias materiais, temporais, institucionais, ideológicas, sociais e políticas do entendimento à condição de conceitos que se expressam inteligivelmente graças a uma racionalidade morfológica de fundo.

Encerro aqui a primeira parte do diálogo com Ginzburg. Sua retomada na próxima seção começará em um momento do texto (segundo parágrafo, página 100) que contém uma importante novidade. Veremos ali surgir uma nova unidade de entendimento, a *emblemática*, cuja peculiaridade é a de sobrepor metamorfoses plásticas de elementos icônicos às metamorfoses de significados textuais.

Metamorfoses emblemáticas: a mão de Hermes

Ginzburg continua a desenvolver seu projeto identificando e expondo outras metamorfoses do núcleo simbólico conhecer-proibir articulado à tensão alto-baixo que, nesse ponto do ensaio, já assumiu de forma bem determinada seu caráter conceitual. O diálogo com o autor foi mostrando-me como essa determinação e precisão resultaram da expressão morfológicamente coordenada de várias racionalidades. O que aparecerá agora são as metamorfoses do conceito de conhecimento proibido expressas historicamente em *emblemata* dos quais emergem unidades de inteligibilidade organizadas por uma forma iconológica de racionalidade. Assim, tratarei mais abaixo de alguns elementos do texto de Panofsky que Ginzburg tomou como modelo para entender os lapsos de tradução e de interpretação que, começando em um texto-raiz bíblico, encontram-se agora nos livros de emblemas dos séculos XVI e XVII. Novos fragmentos de textos lematizados associados aos emblemas articular-se-ão à exortação “*nolli altum sapere*”, tornando inteligível outras formas da relação epistemológico-moral do conceito de conhecimento proibido – que também caracterizei como operador ético-epistêmico. Ginzburg continua a orientar-se por aqueles três domínios da exortação-raiz temer-conhecer, a saber, o cosmológico, o político e o religioso, dando agora maior ênfase ao primeiro. Não será possível dialogar com o autor, como vinha fazendo, sobre todos esses resultados. Tratarei apenas daquilo que remete diretamente às metamorfoses emblemáticas dessa exortação, mais especificamente, dos elementos que permitirão que eu formule uma

³⁶ *Ibid.*, 99-100.

conjectura que, a partir do contexto histórico e conceitual de Ginzburg, envolve a química no domínio dos *arcana naturae*.

Em função das condições históricas da Reforma, Ginzburg diz que Erasmo passou a citar um antigo lema atribuído a Sócrates “*Quae supra nos, ea nihil ad nos*” – “daquilo que esta acima de nós, não devemos nos ocupar”. Partindo desse lema, o autor buscará nos livros de emblemas do período moderno novas expressões do conceito epistêmico-moral de conhecimento proibido associado à tensão alto-baixo. Tais expressões terão como elemento unificador “a citação recorrente, devidamente mal-entendida, das palavras de São Paulo, ‘*nolli altum sapere*’”³⁷. A fórmula algo paradoxal “devidamente mal-entendida” remete ao que discuti páginas atrás sobre o papel histórico positivo do “erro”: o que para dada racionalidade aparece como desvios ou lapsos contingentes, torna-se inteligível como parte de um processo regular organizado por outra forma de racionalidade. Assim, da mesma forma que elementos bioculturais não textuais foram utilizados para revelar uma possível ordem subjacente àquilo que no estudo especializado das traduções e interpretações de textos aparecem como lapsos, elementos iconológicos não textuais serão agora evocados para conferir-lhes significado como partes de um processo racional maior. Isso significa que a associação de uma criação icônica que obedece a padrões simbólicos específicos a um lema que foi aparentemente gerado apenas como o efeito singular de más traduções e más interpretações, cria uma nova metamorfose inteligível e significativa situada na unidade simbólica do emblema. Ginzburg tratará de duas dessas associações nas quais comparecem as imagens mitológicas de Prometeu e de Ícaro; eu examinarei apenas a primeira. Segundo Guinzburg,

*Ícaro que cai dos céus e Prometeu punido por ter roubado o fogo divino [...] foram considerados símbolos dos astrólogos, dos astrónomos, dos teólogos heréticos, dos filósofos inclinados a pensamentos ousados, de indefinidos teóricos da política.*³⁸

Assim, esses personagens já estão historicamente distribuídos como violadores das três variações daquela exortação de base refradora do orgulho intelectual. Dentre eles escolherei o campo de atuação cultural intelectual de um tipo particular de “filósofo inclinado a pensamentos ousados”, o *filósofo químico* ou *alquimista*.

Dialogando com Ginzburg acerca das expressões emblemáticas do conceito de conhecimento, é fácil perceber a construção de um eixo de transformações de valores no qual aparece o que concebo como duas “ações” ou atitudes simbólicas antagônicas que combinam elementos epistêmicos e morais: as ações expressas pelos verbos *temer* e *ousar*. A primeira aparece claramente no emblema CVI do *Emblemata* (1531) de Andreae Alciati (1492-1550), que contém a conhecida imagem de Prometeu acorrentado com uma águia a comer-lhe o fígado, acompanhada do referido lema socrático “*quae supra nos, nihil ad nos*” (figura 1a). Essa associação imagem-texto produz o dramático efeito valorativo de que aqueles que não temem as coisas do alto, os deuses de quem Prometeu roubou o fogo, são severamente castigados. Já a atitude simbólica da ousadia é construída morfologicamente por Ginzburg nas articulações que faz entre política, cosmologia e religião no contexto histórico de transição do Renascimento para a modernidade (transição que cria uma continuidade que relativiza a unidade dessas temporalizações). Nesse contexto, as proibições que incidem nesses três domínios culturais começam a ser desafiadas. Articulando controvérsias científicas, teológicas e políticas ao tema do heliocentrismo,³⁹ Ginzburg nos diz que

[a] superação dos antigos limites foi devidamente registrada nas coletâneas de emblemas. Durante o século XVII, Ícaro e Prometeu tornaram-se símbolos de um forte impulso intelectual para as descobertas. Uma nítida transvaloração dos valores fez com que a ‘ousadia’,

³⁷ *Ibid.*, 100.

³⁸ *Ibid.*, 102-3.

³⁹ *Ibid.*, 103-111.

a ‘curiosidade’ e o ‘orgulho intelectual’ – vícios tradicionalmente associados àqueles mitos – também fossem considerados virtudes.⁴⁰

Nessas metamorfoses de significados e de valores temos, na modernidade, praticamente a inversão de uma unidade antitética epistêmica-moral que vinha se propagando desde Antiguidade. Como expressão histórica dessa transvaloração, Ginzburg apresenta um emblema que aparece em M. Marciano, *Pompe funebri dell’universo nella morte di Filippo IV. Il Grande* (figura 1b), composta em Nápoles por ocasião das exéquias do rei Filipe IV (1605-1665) de Espanha. Na verdade, é apenas um detalhe do emblema que contém iconologicamente a referida metamorfose, a saber, a *mão de Prometeu*. “Prometeu não mais aparece como um deus derrotado, acorrentado à montanha. Sua mão, no gesto de roçar o sol, vinha acompanhada pelo altivo tema: ‘Nihil mortalibus arduum’ [...] ‘nada é difícil demais para os mortais’”.⁴¹



Figura 1: (a) Andrea Alciato, “Emblematum liber” ou “Emblemata”, *Kunstbuch*, Frankfurt am Main (1566-7), p. 70, <http://www.emblems.arts.gla.ac.uk/alciato/picturae.php?id=A67a106>;

⁴⁰ *Ibid.*, 111.

⁴¹ *Ibid.*, 111.



Figura 1: (b) Marcello Marciano, “Pompe funebri dell’universo, Nella Morte di Pilippo Quarto il Grande Re delle Spagne, Monarca Cattolico, Celebrate in Napoli alli XVIII. Di Febraro MDCLXVI”, Napoli, (1666), p. 102, http://warburg.sas.ac.uk/vpc/VPC_search/pdf_frame.php?image=b2924177044.

A partir desse último resultado, proporei a hipótese de uma nova metamorfose da mão de Prometeu na figura de Hermes, patrono das artes alquímicas. Minha intenção principal é mostrar o funcionamento da racionalidade morfológica que integra o MEHM e, para tanto, a utilizarei no que venho chamando de um breve experimento de associação sintética da racionalidade que opera no estudo iconológico de Panofsky sobre as metamorfoses de Arcádia em torno do mote “*Et in Arcadia ego*”, desenvolvidas no referido ensaio inspirador de Gunzburg, e a racionalidade da morfologia histórica deste último.

Como Ginzburg, Panofsky constrói uma tensão entre dois significados antitéticos que utiliza como unidade de entendimento das metamorfoses sofridas por um texto literário em associação a outras expressões artísticas. A tensão diz respeito a uma transformação não mais epistêmica-moral, como no conceito de conhecimento proibido, mas uma transformação estética-moral da imagem da Arcádia em sua associação a duas concepções contrastantes do estado natural do homem. A Arcádia da Antiguidade grega “era o domínio de Pã [...] seus habitantes eram famosos por suas realizações musicais [...] sua linhagem antiga, hospitalidade rústica e austera virtude; mas eram também famosos por sua extrema ignorância e baixos padrões de vida”. A essa imagem corresponderia uma natureza humana manifesta como uma “forma ‘dura’ do primitivismo que concebe a vida primitiva como uma existência quase subumana, cheia de terríveis dificuldades e desprovida de todo conforto – em outras palavras, como a vida civilizada despojada de suas virtudes”. Já a Arcádia da cultura moderna, que passou a ser universalmente aceita “como um reino ideal de bem-aventurança e beleza perfeitas, um sonho encarnado de felicidade inefável, cercado, no entanto, por um halo de melancolia

‘docemente triste’”, seria uma metamorfose da Arcádia rústica e corresponderia a uma concepção da vida arcaica humana como um primitivismo “suave”, “uma idade de ouro de abundância, de inocência e de felicidade [...] uma vida civilizada purgada de seus vícios”.⁴² Como fez Ginzburg em relação a “*nolli altum sapere*”, Panofsky selecionou o mote “*Et in Arcadia ego*” como um texto-raiz que, sofrendo uma série de interpretações, traduções e paráfrases, integra um processo contínuo de transformações que expressam historicamente uma transvaloração estética e moral; a dimensão moral refere-se àquela presença dos vícios e das virtudes da vida humana em sua condição primitiva. Dentre as referidas metamorfoses temos “*Et tu in Arcadia vexisti*” (“Eu também nasci em Arcádia”), “*Ego fui in Arcadia*” (“Eu, também, nasci na Arcádia”), “*Auch ich war in Arkadien geboren*”, “*Moi, aussi, je fus Pasteur en Arcadie*” e “Eu, também, pastores, morei em Arcádia”. Analogamente ao que ocorre com a unidade emblemática, a pintura e a gravura aparecem no estudo de Panofsky como expressões plásticas que se associam à literária, de modo a criar uma síntese de significados textuais-pictóricos que se transformam historicamente. Para ver o método iconológico em ação, considerarei três pinturas estudadas pelo autor que possuem como título comum “*Ei in Arcadia ego*”, uma de Giovanni Francesco Guercino (1591-1666) e duas de Nicolas Poussin (1594-1665).

Os elementos que servem como ponte de transição entre as duas formas de Arcádia e, assim, entre os dois significados estético-morais antagônicos, são símbolos da morte. A brutalidade ou a suavidade da vida primitiva que será utilizada como fonte originária de valores para todas as épocas está associada à forma de manifestação da presença simbólica da morte. Esse efeito pode ser percebido como um “brutalizar a suavidade” da vida humana não permitindo que nos esqueçamos de sua precariedade e de sua finitude, mesmo quando vivida como “sonho encarnado de felicidade inefável”. É sob essa chave que a composição de Guercino é apresentada por Panofsky como “a primeira versão pictórica da Morte no tema Arcádia. [...] é nesse quadro, pintado em Roma entre 1621 e 1623 [...] que encontramos pela primeira vez a frase *Et in Arcadia ego*”⁴³ (figura 2). Segundo o autor, há uma tendência atual em traduzir tal frase como “‘Eu, também, nasci ou vivi em Arcádia’”. Isto quer dizer que admitimos que o *et* signifique ‘também’ e refira-se a *ego* e ainda assumimos que o verbo não expresso esteja no passado”. Assim entendida, a frase associada à composição do quadro transmite a ideia de que “um defunto habitante da Arcádia” é quem diz “Eu também vivi em Arcádia”. Contudo, Panofsky mostra-nos que tal tradução é incompatível com as regras gramaticais do latim, sendo a forma correta “Mesmo em Arcádia ali estou eu”.⁴⁴ Com tal tradução, a associação dos componentes pictórico e textual é assim descrita:

*[...] dois pastores arcades são confrontados em suas andanças por uma visão súbita, não de um monumento funerário, mas de uma enorme caveira humana que repousa sobre uma peça embolorada de alvenaria e que recebe as atenções de uma mosca e de um rato, símbolos populares da decomposição e do tempo que tudo devora. Na alvenaria estão gravadas as palavras *Et in Arcadia ego*, e admite-se, sem dúvida, que é a própria caveira que as pronuncia.*⁴⁵

⁴² E. Panofsky, *Significado nas artes visuais*. (São Paulo: Perspectiva, 2011), 297.

⁴³ *Ibid.*, 304.

⁴⁴ *Ibid.*, 306-307.

⁴⁵ *Ibid.*, 307-308.

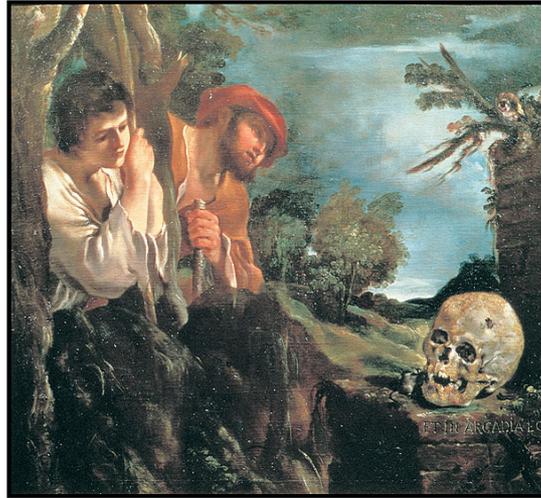
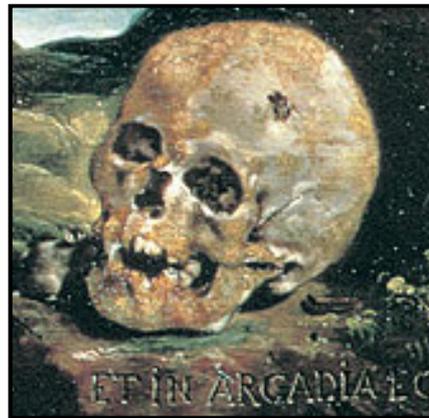


Figura 2: Giovanni Francesco Barbieri, dito Guercino, “Et in Arcadia ego”, óleo sobre tela, Roma (1618), Galleria Corsini,

http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Guercino_Et_in_Arcadia_ego.jpg



Detalhamento da figura 2.

A partir desse resultado, o autor vai localizando e interligando outras metamorfoses dessa caveira falante até que ela personifique a própria morte, cuja presença em Arcádia introduzirá a brutalidade em uma vida primitiva inicialmente valorizada como feliz e suave. Mais precisamente, a mensagem da pintura de Guercino “Transmite mais um aviso do que doces e tristes lembranças”,⁴⁶ o que, pensando nas metamorfoses de “*nolli altum sapere*”, pode significar uma admoestação da onipresença da morte contra a possível ilusão de que ainda resta alguma doçura na tristeza nostálgica das origens. Passando à segunda pintura, que aparece como nova fase da mesma série “iconogenética”, o autor nos diz que Poussin a produziu, presumivelmente em 1630, modificando a composição de Guercino: a caveira reduziu bastante de tamanho e a alvenaria em ruínas sob a qual repousava transformou-se em um sarcófago clássico contendo a inscrição *Et in Arcadia ego* (figura 3). Comparando, então, as duas metamorfoses, o caráter dramático e de surpresa moralizante que a presença da morte exerce sobre os ternos habitantes de Arcádia é mantido. Na Arcádia de Poussin, “os pastores aproximam-se como um grupo,

⁴⁶ E. Panofsky, *Significados nas artes visuais*, 309.

vindo da esquerda, e são inesperadamente detidos pela tumba”,⁴⁷ semelhante ao que ocorre com os dois pastores da composição de Guercino em relação à caveira. Porém, Panofsky assinala a significativa diferença de que a morte, simbolizada por uma pequena e inconspícua caveira, não chama mais a atenção dos pastores que parecem se mostrar mais interessados na inscrição.



Figura 3 e detalhe: Nicolas Poussin, “Et in Arcadia ego”, óleo sobre tela, Chatsworth (1629-30), Devonshire Collection,
http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Nicolas_Poussin_031.jpg.

O autor explica que essa tal diferença é um sintoma das inclinações intelectuais de Poussin, o que indica, para mim, também como um sintoma, uma espécie de mudança de foco

⁴⁷ *Ibid.*, 311-312.

do componente icônico para o textual. Acrescento ainda que o gesto de apontar com o dedo indiciador para a frase sobre o túmulo já sugere fortemente que este se tornou um *livro*, algo que Panofsky sugerirá apenas no exame do segundo quadro de Poussin (o terceiro da série que estou considerando). Como veículo de transmissão de significados e valores culturais, a *leitura* de um lema, “*Et in Arcadia ego*”, contrapõe-se à *visão* de uma imagem, a caveira. No composto sintético entre texto e imagem, o primeiro torna-se algo mais importante que o segundo. Para explicar a mudança no teor da mensagem presente nesse composto, Panofsky recorre a outros componentes morais que não considerarei aqui (admoestações associadas à busca desenfreada e irrefletida por riquezas prazeres que logo terão fim). Para mim, o mais importante está no fato de que

*A frase Et in Arcadia ego ainda pode ser aqui entendida como sendo pronunciada pela Morte personificada, e pode ainda ser traduzida como ‘Mesmo em Arcádia, eu, Morte, detenho poder’, sem estar em desacordo com o que é visível na própria pintura.*⁴⁸

Assim, a meu juízo, nessa pintura ainda opera a força moralizante do “aviso” da presença da morte que Panofsky vê no quadro de Guercino, mas que, em Poussin, aparece mais abrandada pelos componentes intelectuais e racionais.

Encerrando meu exame do ensaio de Panofsky, considerarei o que ele disse sobre o segundo quadro de Poussin, tomando-o como expressão simbólica de outra metamorfose dos valores vitais ligado às origens. Poussin pintou, cinco ou seis anos depois do quadro anterior, sua versão final do tema “*Et in Arcadia ego*”, na qual “podemos observar uma ruptura radical com a tradição medieval, moralizante”: os árcades não são mais surpreendidos pelo encontro dramático e aterrador com um túmulo, mas “encontram-se absorvidos em uma calma discussão em uma pensativa contemplação”⁴⁹ (figura 4).



Figura 4: Nicolas Poussin, “*Et in Arcadia ego*”, óleo sobre tela (1637-8), Museu do Louvre, http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Nicolas_Poussin_052.jpg

⁴⁸ E. Panofsky, *Significados nas artes visuais*, 312.

⁴⁹ *Ibid.*, 312.



detalhe da Figura 4.

Comparando os dois túmulos, vejo expressar-se a típica metamorfose do orgânico ao geométrico que tanto caracteriza a passagem ao moderno. Digo o mesmo para as metamorfoses da caveira: em Guercino, o crânio inicialmente orgânico, dilatado, vivo e falante – pregador de repreensões morais – está acompanhado de símbolos da corrupção (a mosca e o rato) que, nas pinturas de Poussin, conduzirá tal crânio à dissolução, a contração e o desaparecimento. Com isso, a mensagem do *motto* pronunciada pela Morte personificada somente pode ser lida no túmulo-livro geométrico de mármore. Tal leitura, já presente na primeira pintura de Poussin, é assim descrita, na segunda, por Panofsky: “Um dos pastores ajoelha-se no chão, como se estivesse relendo a inscrição para si mesmo. O segundo parece discuti-la com uma adorável jovem que medita sobre ela em uma atitude tranquila e pensativa”.⁵⁰ O gesto de apontar ao qual me referi é realizado por dois personagens de modo a tornar ainda mais proeminente a centralidade do componente textual em relação ao visual, mesmo que isso se expresse pela criação de uma “imagem de leitura” através da reprodução pictórica de um texto. Assim, o que designei acima como um abrandamento da mensagem moral através da associação de elementos intelectuais realiza-se plenamente na segunda pintura de Poussin. Creio que isso está claramente expresso na interpretação de Panofsky:

*[...] temos uma mudança básica de interpretação. Os arcades não estão muito alarmados com um futuro implacável quanto estão imersos em uma doce meditação sobre um belo passado [...] o quadro de Poussin do Louvre já não mostra um encontro dramático com a Morte, mas um absorção contemplativa na ideia de mortalidade.*⁵¹

Da vivência moral concreta da morte à reflexão moralizante da ideia de morte temos os polos de uma típica síntese moral-epistêmica cuja plasticidade gera as fases de um contínuo genético que posso chamar de morfológico. O predomínio de um dos polos indica amplas transições de grande significado cultural: (i) da Arcádia da vida embrutecida para a da vida serena e melancolicamente doce, e *vice-versa*, que corresponde simbolicamente aos polos de um núcleo que determina a natureza do valor que emana dos primórdios da antropogênese; (ii) do medieval ao moderno com suas múltiplas metamorfoses orgânico-geométricas, expressas em tantas manifestações da cultura científica (cosmogonia-cosmologia, alquimia-química, embriogenia-fisiologia, etc.); enfim, temos aqui aqueles pares antitéticos que vi Ginzburg desenhar através da

⁵⁰ E. Panofsky, *Significados nas artes visuais*, 313.

⁵¹ *Ibid.*, 401.

aplicação sintética de múltiplas racionalidades, a saber, da tradução-interpretação histórica dos textos, da biologia, da antropologia, da psicologia e, agora, da história da arte. Nesta última, ocorre a interação dialética entre iconologia e morfologia histórica que me leva a perceber como formas, valores e significados moldam-se em um processo genético contínuo de metamorfoses de núcleos expressivo-cognitivos ou de unidades antitéticas de entendimento. Com isso em mente, volto à minha hipótese sobre as metamorfoses da mão de Prometeu.

Como expliquei, meu principal objetivo é realizar um experimento ou ensaio no qual possa mostrar como a racionalidade morfológica pode ser aplicada metodicamente em uma investigação específica que, na hipótese que apresentarei, envolve a articulação da história geral morfológica, a história da arte e a história epistemológica da cultura científica da química e da alquimia. Mas é preciso que eu adiante aqui um importante esclarecimento. O que estou chamando de “resultado” é especificamente a percepção de como um método funciona na criação heurística de problemas, temas e conceitos de uma investigação que não realizarei efetivamente no presente artigo. Em outras palavras, a extensão que proporei para minha pesquisa a partir dos resultados que Ginzburg e Panofsky oferecem em nada se assemelham àquilo que efetivamente encontramos nos dois ensaios principias que examinei. Em *O alto e o baixo* e em *In Arcadia ego* há uma profunda e detalhada pesquisa que mostra concretamente como se dão as expressões históricas das unidades de inteligibilidade que o método indica, o que exige recorrer ao vasto campo de conhecimento que os dois autores utilizaram. Assim, meu trabalho tenta “aferir” a eficácia e a funcionalidade do MEHM na construção de conjecturas que serão, espero, desenvolvidas em outros projetos que integram minha trajetória de pesquisa (além daqueles aos quais já me referi). Daí, o que apresentarei no restante do texto será fortemente especulativo e imaginativo, pois é assim que decidi avaliar até que ponto o poder heurístico do método pode organizar objetivamente a criação de problemas, temas e conceitos que formarão a unidade cognitiva inicial de um projeto de pesquisa. Em suma, avaliar a eficácia do MEHM não é testar as poucas conjecturas que livremente criei através de um estudo aprofundado das fontes históricas que deverão mostrar o quão material e documentalmente elas estão fundamentadas.

A pintura e o emblema podem ser tomados como documentos materiais para a expressão de metamorfoses de núcleos simbólicos de entendimento e de valoração cuja unidade transformacional mantém-se continuamente para longos intervalos históricos e conceituais. Assim, o que ocorreu na pintura com caveiras, túmulos, lemas, atitudes e gestos de pastores (gestos que geraram imagens de leitura) acontecerá no emblema que contém a mão e o gesto de Prometeu, juntamente com outros elementos emblemáticos associados. Sugeri acima a existência de uma espécie de “iconogênese degenerativa” da caveira como processo que promove, simbolicamente, uma inversão de valores estético-morais; analogamente, Ginzburg apresenta outra iconogênese (progressiva?) com duas fases representadas por uma mão acorrentada que padece seguida por uma mão gloriosa que aponta para o Sol. Também simbolicamente, este processo promove uma inversão de valores epistêmico-morais que terá profundo efeito sobre a organização da cultura no que depende do tema do conhecimento proibido. Dou meu primeiro passo explícito no experimento que construirá minha hipótese explicando que, enquanto me envolvia no diálogo com Ginzburg, entendi que aquilo que nunca “é difícil demais aos mortais” está profundamente entrelaçado ao domínio da *ação técnica*, tão ou mais do que está ao domínio do conhecimento “teórico-contemplativo”, semelhante àquele que antes plasmou e sublimou a experiência concreta da morte como meditação do conceito de mortalidade. Entretanto, na ordem genética de meu diálogo investigativo, esse entendimento foi *posterior* à simples visão de Prometeu roçando o Sol com o seu dedo indicador. Tal visão evocou-me uma espécie de lembrança “imagética cognitiva” de alguns emblemas alquímicos em que Prometeu aparece fazendo um gesto semelhante ao do emblema da pompa fúnebre de Marciano. Tal lembrança é o componente genético e empírico principal que heurísticamente indicou-me a alquimia e a figura do filósofo químico como outro filão investigativo que nasce do processo morfológico construído por Ginzburg. Temos aqui um claro exemplo da descoberta, seleção e utilização de

elementos ou “dados” da biografia que são objetivados no interior de uma investigação epistemológica histórica. A objetividade desses elementos é garantida tanto por seu caráter empírico ligado à “presentificação” da memória e às observações realizadas no presente, como pela organização sintética desses elementos pela racionalidade morfológica. Para que se perceba o resultado concreto dessa “evocação” mnemônica e cognitiva, proponho que se observe a sequência de imagens da figura 5.



Figura 5: no alto, detalhes da mão de Prometeu obtidos da figura 1a (esquerda) e da figura 1b (direita); abaixo dos dois detalhes, o emblema completo da *Pompe funebri*.

As duas figuras superiores da página anterior mostram mais conspicuamente a metamorfose do gesto de Prometeu que desdobrou o vício em virtude no que tange à busca pelos conhecimentos e poderes superiores. Na última figura da página anterior, o gesto glorioso é restituído à unidade do emblema de onde proveio. A compreensão dessa unidade está fora do escopo de meu presente experimento e destacarei conjecturalmente apenas alguns dos elementos significativos para minha hipótese. Trata-se, no todo, de uma imagem dotada de certa complexidade orgânica na qual estão combinados componentes ou subunidades textuais e imagéticas internas. Tais subunidades, que poderíamos caracterizar como os “órgãos” de um organismo fisiologicamente estável ou como as “fases” de uma ontogênese, organizam-se na forma de um ciclo elíptico orientando por uma polaridade alto-baixo. A região superior é “potencializada” pela presença da imagem da hidra que, como animal-constelação carregado de significados mitológicos e astrológicos, funciona, nessa região, como um “polo de atração” externo ao ciclo. Entretanto, a mesma hidra “desce” para participar internamente do ciclo constituindo, tal como a mão de Prometeu, um de seus órgãos ou uma de suas fases ontogenéticas. Em seu conjunto, essas fases podem ser concebidas como singularidades parciais de um ciclo metamórfico completo intra-emblemático. Assim, o que acabo de fazer é uma espécie de ensaio que desdobra um documento histórico material específico por meio de uma morfologia que reúne indissociavelmente componentes estruturais e funcionais. Proponho agora que se observe a figura 6, passando para uma metamorfose inter-emblemática.



Figura 6: No alto à esquerda, repetição do mesmo detalhe reproduzido na figura 5; à direita, detalhe obtido da figura inferior – cf. D. Stolcio, “Viridarium chymicum figuris cupro”, Franckfurt, Lucae Jennisi (1624), figura XVI, <http://dx.doi.org/10.3931/e-rara-8328>.

Temos aqui uma metamorfose de Prometeu, cuja mão que toca o Sol transforma-se na mão de *Hermes trismegistus*, presente na figura XVI do *Viridarium chymicum figuris cupro incisus adornatum, et poeticis picturis illustratum* (1624) (*Jardim químico adornado com figuras gravadas em cobre e ilustrado com pinturas poética*), do médico Daniel Stolcius.⁵² Comparando as duas mãos, vemos o mesmo gesto de apontar agora dirigido para um ciclo no qual o Sol está presente junto com a Lua. Nele, o dedo de Hermes que determina a região *inferior* aponta precisamente para uma espécie de “quiasma” formado pelo encontro de duas labaredas que enlaçam uma região solar superior e uma lunar inferior. Nessa metamorfose de Prometeu-Hermes houve, por meio da conservação parcial de um elemento particular da composição, uma transmissão simbólica de significado e de entendimento para dois grandes domínios da cultura onde, tal como Ginzburg nos mostrou, o tema do conhecimento proibido age simbolicamente: como segredos do poder expressos nos emblemas que celebram a morte de um rei e como segredos da natureza expressos nos emblemas alquímicos. Nos dois casos, Hermes é o *revelador*, aquele que anuncia “indiciariamente” não mais uma admoestação ou interdição, mas um caminho para que a ação humana imite aquilo que está no alto. No contexto do poder político, um gesto ensina-nos que “nada é difícil demais para os mortais” e no do poder do homem sobre a natureza, o apontar para o “quiasma” que enlaça o Sol e a Lua evoca imediatamente o lema que talvez desvele o maior de todos segredos da natureza: “*Quod est inferius est sicut quod est superius, et quod est superius est sicut quod est inferius*” (“O que está embaixo é como o que está em cima e o que está em cima é como o que está embaixo”).⁵³ É fácil perceber o quão transgressora é essa revelação comparativamente à admoestação de São Paulo “*nolli altum sapere*”, em todas as suas metamorfoses, especialmente como a que aparece no emblema de Alciate: “daquilo que está cima de nós, não devemos nos ocupar”. Com a transvalorização alquímica-química expressa no emblema do *Jardim químico*, o que está acima de nós não é mais diferente do que está à nossa mão, daquilo que podemos tomar como um *dispositivo*. No lema hermético, “*inferius*” e “*superius*” geram uma polaridade que, na mesma medida em que estabelece extremos morfológicos de regiões dinâmicas funcionais, também os aproxima e, em certo sentido, *homogeneiza-os*. Teríamos aqui um análogo químico à homogeneização do mundo supra e sublunar promovida pela revolução científica e astronômica modernas. As metamorfoses do lema “*nolli altum sapere*” que preservam o efeito epistêmico-moral de valorizar a prudência e repudiar a altivez em relação ao conhecimento do que é superior, sustentam uma polaridade cujos extremos devem ser radicalmente *heterogêneos*, o que os torna capazes de estabelecer um “tônus” gerador de um gradiente qualitativo de forças expressivas – uma espécie de “diferença de potencial morfológica”. Substancializado, esse gradiente transforma-se em uma emanção ou eflúvio etéreo plasmático que confere os fundamentos ontológicos, teológicos, morais e naturais às várias expressões da cadeia dos seres.⁵⁴ Com isso, tais cadeias passam a ser uma expressão histórica específica (mas de longo alcance) daquilo que concebi como um operador ético-epistêmico que, vemos agora, pode articular atributos naturais, intelectuais e morais a

⁵² Nascido na Boêmia, não antes de 1587, adquiriu, em 1618, o grau de Bacharel pela *Charles University* de Praga e, um ano depois, o grau de Mestre. Manteve correspondência com Comenius entre 1639 e 1640 e atuou como médico em Gdansk – cf. V. Karpenko, “Viridarium Chymicum: The Encyclopedia of Alchemy”, *The Journal of Chemical Education*, [vol.] 50, 4, (1973): 272.

⁵³ R. Steele & D. W. Singer, “The Emerald Table” em ed. T. W. Eden & H. Thursfield, *Proceedings of the Royal Society of Medicine, Section of the History of Medicine*, 21, Part I (1927-8), 492 [48].

⁵⁴ No contexto da investigação morfológica histórica, o que designei como “força expressiva”, além de possuir um sentido plenamente metódico, está primeiramente associada a manifestações e metamorfoses de significados *individuais*. Identificando-o ontologicamente a um eflúvio substancial, ele adquire um caráter universal e passa, como uma espécie de alma do mundo, a expressar a totalidade do cosmo. Podemos conhecer melhor essa contraposição, importante para estabelecer os limites metódicos e ontológicos do MEHM, relacionando-a ao problema clássico da transmissão das espécies, tal como discutido por Cassirer – cf. E. Cassirer, *El problema del conocimiento* (Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2004), vol. 1, 246-53 -: como podemos criar a ideia de uma categoria universal de seres através dos eflúvios singulares que os indivíduos emanam e que afetam nossa percepção, já que neles encontram-se sinteticamente a expressão de suas qualidades essenciais e acidentais?

partir da polaridade alto-baixo. Qualidades naturais e morais estão, por exemplo, profundamente entrelaçadas na clássica associação das gradações da sensibilidade orgânica e fisiológica às gradações da perfectibilidade dos seres criados. O mesmo pode ser dito para as relações morais-epistêmicas: quanto mais próximo do polo superior, mais intensa é a relação entre, de um lado, excelência e respeitabilidade (valores morais), e, do outro, verdade e certeza cognitivas (valores epistêmicos). Em suma, essa forma sintética e dinâmica polar funciona como uma matriz simbólica geral que organiza matrizes de valores particulares com sentido e direção específicos. Esse processo transformacional morfológico abstrato produz resultados muito concretos, pois ele gerou lemas, emblemas e imagens milenares que funcionaram como fonte de estabilidade e unidade para vários âmbitos da cultura.

Concluindo a construção de minha hipótese, remeto-me, então, à minha intuição inicial sobre o papel da técnica como ingrediente cultural catalisador das transvalorações que indiquei. A reprovação do orgulho por conhecer o que é superior transforma-se em encorajamento para a superação dos valores tradicionais pondo à disposição do homem a chave de *segredos operacionais*: os *arcana naturae* qualificam-se como *arcana artis*. Nesse sentido, o gesto glorioso da mão de Prometeu no emblema da hidra ganha outro significado, expresso no domínio científico da cultura: combinando os lemas “nada é difícil demais para os mortais” e “o que está embaixo é como o que está em cima e o que está em cima é como o que está embaixo”, a superação das *limitações morais* impostas pela tradicional (antiga e medieval) reprovação “daquilo que está acima de nós, não devemos nos ocupar”, está simbolicamente ligada à superação das *limitações da própria natureza*. Os mortais poderão, como homens modernos de ação, produzir “novas naturezas” a partir das técnicas e operações químicas. É possível que, no curso contínuo do desenvolvimento da química e da alquimia, a negação dos valores tradicionais tenha gerado uma nova matriz que possui como centro valorativo principal os pares *autoria-ousadia* e *autoria-transgressão* capazes de anular o efeito moral que, a partir do temor por aquilo que é superior, acabou gerando o *temor de ser autor ou artífice de si e da natureza*. Entender a história morfológica dessa transgressão parece-me fundamental para enfrentar as sérias tensões atuais entre ética e tecnologia e entre ciência e valores.

Encerramento

Com os resultados obtidos nas seções 2 e 3, considero que as propriedades metódicas exibidas pelo componente morfológico foram satisfatórias e eficazes o bastante para que eu o incorpore como a décima condição inicial do método epistemológico histórico morfológico. Conforme estabeleci no início da parte 1, tais condições valem para um dado momento do desenvolvimento de um projeto mais amplo de pesquisa, cuja continuidade poderá exigir que se incluam, excluam ou modifiquem os dez componentes aqui estabelecidos. Para cumprir suas principais funções, a construção do próprio método deve ocorrer como um processo genético metamórfico cuja precisão e objetividade são aperfeiçoadas conforme as necessidades reais do pesquisador, que são concebidas como a satisfação do desejo investigativo através da solução de problemas intelectuais que nascem na racionalidade de fundo da biografia. Entretanto, é fundamental que tal solução também satisfaça outros desejos, interesses ou objetivos para além dos pessoais. Neste caso, a avaliação e a aceitação mais universal das soluções obtidas serão feitas confrontando o entendimento que elas oferecem com o proporcionado por quaisquer pesquisadores envolvidos com problemas de pesquisa semelhantes, independentemente do método que empregaram, das escolas a que pertencem ou mesmo das grandes áreas do conhecimento às quais se situam intelectualmente e institucionalmente. Isso significa que, a partir daqui, se estabelecem possibilidades de interação com pesquisadores de vários domínios da história, da filosofia e das ciências, todos membros potenciais de colóquios de autores que

compartilham motivações e desejos investigativos. Isso se aplica em especial à possibilidade de interação com a comunidade de colaboradores e leitores de *Intelligere*, revista que nasce neste primeiro número como realização do *Grupo de Pesquisa em História Intelectual* (Departamento de História, FFLCH, USP). Acredito que a centralidade que confiro à solução de problemas de natureza intelectual como razão e justificativa para grandes realizações investigativas esteja, em alguma medida, presente no domínio da *história intelectual*.